

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS II.
CENTRO DE HUMANIDADES - CH
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

**“ESTÁGIO SUPERVISIONADO:
UMA EXPERIÊNCIA QUE SE
RENOVA”**

CAMPINA GRANDE, SETEMBRO DE 1996.



Biblioteca Setorial do CDSA. Abril de 2024.

Sumé - PB

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS II
CENTRO DE HUMANIDADES - CH
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA - DHG

DISCIPLINA: PRÁTICA DE ENSINO EM HISTÓRIA DE 1º E 2º GRAUS
COORDENADORA DA PRÁTICA: ERONIDES CÂMARA DONATO
ORIENTADORA: ERONIDES CÂMARA DONATO
ALUNA: ANA CARLA FARIAS ALVES
PERÍODO: 96.1

DEDICATÓRIA

À minha filha...

... que é tudo para mim e me fez acreditar que a vida se renova a cada amanhecer, e por mais obstáculos que nos traga, sempre haverá uma saída, basta lutar para encontrar.

... que ao sorrir, me faz esquecer dos problemas que a vida nos traz e por alguns momentos me vejo como criança, brincando ao seu lado.

... **INAÊ**, que me fez entender o quanto é sublime e maravilhoso ser **MÃE**.

MINHA GRATIDÃO

À DEUS,

por ter guiado meus passos iluminando meu caminho nos momentos mais difíceis de minha vida .

À MINHA MÃE,

que me deu a vida e me ensinou a acreditar na humanidade.

AOS MEUS AVÓS MATERNOS (In memoriam),

que sempre me apoiaram com carinho, amor e paciência.

AO MEU COMPANHEIRO,

pela compreensão e carinho, me incentivando a lutar e nunca desistir do meu ideal.

AOS MEUS IRMÃOS, TIOS, PRIMOS E AMIGOS,

que sempre estiveram comigo, de forma direta ou indireta, nessa longa caminhada, compartilhando tanto nas horas tristes como nas alegres.

AOS MESTRES,

que compartilharam comigo os seus ensinamentos. E especialmente a minha orientadora, **Eronides Câmara Donato**, pela paciência e dedicação, contribuindo para o meu aprendizado.

À TODOS AQUELES,

que contribuíram para que eu alcançasse os meus objetivos, respeitando os meus ideais e especialmente à **RICARDO, LUCIANA, GLÓRIA, GUIA E VALÉRIA** por estarmos sempre juntos nessa longa caminhada, estabelecendo um vínculo forte de amizade que não fique só na nossa memória, como boa recordação, mais que se perpetue por toda nossa vida .

À ESCOLA ESTADUAL DE 1º E 2º GRAUS ADEMAR VELOSO DA SILVEIRA,

por ter nos acolhido com carinho para que pudéssemos realizar nosso Estágio Supervisionado.

SUMÁRIO

- APRESENTAÇÃO.....	08
- INTRODUÇÃO.....	10
- CAPÍTULO I: “ESCOLAS ESTADUAIS: UMA HISTÓRIA DE CONQUISTAS”.....	12
- CAPÍTULO II.: “ESTÁGIO SUPERVISIONADO: UMA EXPERIÊNCIA INESQUECÍVEL”.....	23
- CAPÍTULO III: “AVALIAÇÃO: UM PROCESSO DE ENSINO -APRENDIZAGEM”.....	36
- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
- BIBLIOGRAFIA.....	46
- ANEXOS:	
ANEXO I - “HINO DA ESCOLA”.....	48
ANEXO II - “FOTO DA ESCOLA”.....	50
ANEXO III - “TEXTOS”.....	52

ANEXO IV - “PLANOS DE AULAS”	69
ANEXO V - “FOTO DA DRAMATIZAÇÃO	84
ANEXO VI - “EXERCÍCIOS E MAPAS”	86
ANEXO VII - “PROVA”	88
ANEXO VIII - “MONSTRO MARINHO”	89
ANEXO IX - “DIÁLOGO”	90
ANEXO X - “FOTO DA EXPOSIÇÃO NA ESCOLA”	91
ANEXO XI - “LISTA DE NOTA DO 2º BIMESTRE DOS ALUNOS”	93
ANEXO XII - “PLANOS DE ENSINO”	95

APRESENTAÇÃO

Este relatório tem a pretensão de convidar o leitor, a refletir sobre os aspectos aqui abordados, chamando a atenção para as atividades que desenvolvemos com os estagiários na disciplina Prática de Ensino em História de 1º e 2º graus, durante todo período 96.1.

Tendo em vista que o nosso trabalho foi fruto de nossa integração e nos proporcionou uma discussão sobre tudo que iríamos fazer, esperamos que o mesmo sirva como parâmetro para futuras reflexões.

INTRODUÇÃO

**“ A Leitura torna o homem completo;
a conversação torna-o ágil; e o
escrever dar-lhe precisão”.**

(Francis Bacon)

INTRODUÇÃO

Uma das exigências para se terminar um curso de licenciatura é o Estágio Supervisionado. Esse se define pelo exercício de darmos aulas nas escolas públicas proporcionando a nós estagiários ter um contato com a realidade escolar, onde percebemos os desafios que a profissão nos oferece, proporcionando assim uma reflexão sobre a mesma. Já que durante o curso não somos preparados para esta realidade, pois ao cursamos as disciplinas de conteúdo não somos orientados para fazermos uma adaptação com a realidade do ensino de 1º e 2º grau nas Escolas Públicas.

O presente relatório está organizado em três partes nas quais discutiremos todo o processo da nossa Prática de Ensino nas escolas de 1º e 2º graus, sendo que, no primeiro capítulo mostraremos o contexto histórico em que surgiram as escolas; as reformas proporcionadas pela Lei 5692/71 no ensino; bem como a situação atual das escolas. No segundo capítulo, a discussão se dá em torno das nossas experiências na Prática de Ensino tanto coletivamente como individualmente, incluindo aqui todas as fases do planejamento de ensino. Já no terceiro capítulo, ousaremos fazer uma discussão mais teórica sobre a avaliação, aspecto de fundamental importância para detectarmos como anda o processo de ensino-aprendizagem, fazendo uma ligação com a nossa experiência em sala de aula.

A organização desse relatório em três capítulos se deu devido a proposta que nossa coordenadora da Prática de Ensino, nos fez, como forma de incentivar a fazermos um trabalho diferente dos demais que já foram elaborados anteriormente. Nessa perspectiva, tentaremos seguir o que nos foi proposto, de uma forma simples e clara para que o leitor compreenda.

CAPÍTULO I

“ESCOLAS ESTADUAIS: UMA HISTÓRIA DE CONQUISTAS”

**“Uma longa viagem começa
com um único passo”**

(Lao-Tsé)

“ESCOLAS ESTADUAIS: UMA HISTÓRIA DE CONQUISTAS”

Nesse primeiro capítulo, temos como objetivo situar historicamente as escolas onde estagiamos. E para que isso fosse possível, foi preciso irmos atrás de fontes para fazermos a pesquisa. As escolas que estagiamos foram: a Escola Estadual de 1º e 2º graus Ademar Veloso da Silveira (mais conhecida como Estadual de Bodocongó), e a Escola Estadual de 2º Grau Dr. Elpídio de Almeida (Estadual da Prata, também conhecida como o “gigantão”).

Na primeira escola citada, ou seja, no Estadual de Bodocongó onde estagiamos nas 5ª séries, nos foi possível conseguir os dados que precisamos através de um livro¹ que traz todo o histórico da escola e que fica guardado na secretaria da mesma. Já no Estadual da Prata, não podemos fazer a pesquisa através de fontes escritas, mas fizemos uma entrevista com o diretor geral da escola que nos falou um pouco desde a origem da escola até os dias atuais.

Através da pesquisa feita no livro citado anteriormente, constatamos que várias temáticas foram abordadas, entre elas: a fundação da escola; a contribuição da Igreja, do Estado e da Indústria para a criação da escola; a participação da SABB²; a integração entre as escolas; a reforma de ensino com a lei 5.692/71; bem como o número de alunos matriculados e o número de funcionários, desde a criação da escola até o ano letivo de 1995.

1) SOUZA, Valba Luiz Freire de. “Estadual de Bodocongó: Uma Fonte do Saber!” - Histórico do Colégio Estadual de Bodocongó: 1965-1995. Texto mimeografado em forma de livro.

2. SABB - Sociedade de Amigos de Bairro de Bodocongó

Segundo a fonte na qual pesquisamos, a escola surgiu a partir de uma pesquisa feita no bairro de Bodocongó por uma estagiária de serviço social em 1964, que tinha como objetivo levantar problemas e necessidades dos moradores locais. Uma das necessidades que se constatou foi a criação de uma escola secundária no bairro, tendo vários argumentos para explicar essa necessidade, e entre eles estava a grande distância que o bairro tem do centro, além do horário noturno que preocupava vários pais.

Devido a esses problemas, foi possível conseguir uma “sucursal”³ da Escola Estadual através da SABB. Sendo que, depois de várias reuniões com as instituições e as pessoas interessadas na criação da nova escola, o Departamento Educacional, fez uma pesquisa para saber quantos alunos estudavam no centro da cidade e teve como resultado um total de duzentos e dez alunos. Este foi mais um dos argumentos para se conseguir a escola e após várias reuniões ficou decidido a contribuição que cada um deveria dá: a paróquia contribuiria com o prédio, o Estado com o corpo docente e administrativo, como o mobiliário e o material didático e a Indústria ampliaria o grupo Escolar Francisco Manoel da Mota.

Essa “sucursal” começou a funcionar em abril de 1965, abrindo matrículas para o exame de admissão à 1ª série (atual 5ª série). Esse exame de admissão mostra que “havia nítida separação entre a escola primária e a escola média do primeiro ciclo - ginásio ”⁴, mas essa divisão só vai desaparecer com a Lei 5.692/71, que propõe reformas no sistema escolar brasileiro. Mas só vamos falar dessa lei mais detalhadamente, um pouco à frente.

3. “Sucursal” é uma espécie de filial. No texto acima se refere a filial do Colégio Estadual de Campina Grande (Colégio Estadual da Prata)

4. NAGLE, Jorge. *A Reforma e o Ensino*. 2ª Ed., São Paulo: EDART; Brasília, 1976, p.

A escola iniciou suas atividades com cento e vinte e sete alunos dividido em quatro turmas: duas da 2ª série (atualmente 6ª séries), uma da 1ª série e uma da 3ª série (atualmente 7ª série). Mas como a escola atendia poucos alunos devido a precariedade do espaço físico, era necessário construir mais uma sala de aula para aumentar o número de vagas. Assim de cento e vinte e sete alunos, a escola passou a comportar duzentos alunos no período noturno.⁵

E foi com o objetivo de aumentar ainda mais a escola, que o industrial Ademar Veloso da Silveira doou um terreno ao Estado para construir um prédio próprio para a escola, visando atender um número maior de alunos. A construção só terminou em 1969 e, já tinha a capacidade de absorver mil e duzentos alunos nos três turnos. E, logicamente, na medida que a escola foi crescendo, foi preciso aumentar o número de professores e servidores. Em 1980, o número de alunos aumentou e foi dividido em 36 turmas nos três turnos. Nesse mesmo ano, a escola oferecia aos alunos uma biblioteca alimentação escolar que era distribuída no horário do intervalo, uma oficina e serviço odontológico. A escola ainda contava com um Grêmio Estudantil e um Centro Cívico.

Através de uma portaria nº 212 de 28/03/73 do secretário da Educação, a escola passou a ser chamada de Escola de 1º grau, baseado na Reforma de ensino sob a lei 5.692/71. Essa lei fixa as diretrizes e bases da escola de 1º e 2º graus, e que só foi possível segundo NAGLE⁶ **“a partir de determinadas idéias e princípios - pressupostos - que precisam ser conhecidos para que se possa trabalhar com coerência no nível técnico - pedagógico”**. E essa lei veio também para completar a Reforma Universitária para que as escolas de 1º, 2º e 3º graus se tornem um conjunto e não fiquem isoladas. Antes a escola era

⁵ Vale salientar que a escola quando começou suas atividades, só funcionava no período noturno

⁶ NAGLE, Jorge. Op. cit. p.6.

dividida em duas: de um lado, estava a academia que era formado pela escola secundária e abrangia o ginásio e o colégio; e do outro lado, estava o profissional que era formado pelas escolas industriais, comerciais, agrícolas e de formação de professores. Portanto, havia uma desigualdade no sistema escolar brasileiro, na qual a primeira só atendia à uma pequena parcela da população; enquanto a segunda estava voltada para o povo.

O ensino profissionalizante no Brasil existe desde 1800, **“quando os arsenais de guerra existentes desenvolviam-no para vários ofícios”**⁷ Os jovens que iam estudar esses ofícios tinha uma faixa etária entre oito e doze anos, e só saíam da escola aos vinte e um anos com certificado de mestre em algum ofício. Geralmente esses alunos eram pobres, órfãos e indigentes. O governo de Nilo Peçanha, em 1909, fundava escolas desse tipo em todas as capitais brasileiras, mas essas escolas ainda estavam voltadas para o setor mais pobre da sociedade. Com o objetivo de **“ensino “técnico”, destinada às classes subalternas, e o “acadêmico” destinado romper a tradicional dicotomia entre o à elite e à classe dirigente”**⁸, esse tipo de desigualdade se encontrava na chamada escola média, mas a lei 5.692/71 exige que haja igualdade entre as escolas primária e média, facilitando dessa forma a integração entre as mesma. Essa lei também simplifica a divisão dos graus escolares: **“escola de 1º grau, destinada às crianças e pré-adolescentes; escola de 2º graus, destinada aos adolescentes”**⁹. Para qualquer um dos graus, todos tem os mesmos direitos, pois só existe uma escada da escolarização, não apresentando diferenciações nos padrões de ensino e

⁷ FRANCO, Mª Laura P. Barbosa. Ensino Médio: Desafios e Reflexões. Campinas. papirus, 1994,p.22.

⁸ FRANCO, Mª Laura P. Barbosa. Op. Cit., p. 23.

⁹ NAOLE, Op. Cit. p.20.

cultura, mostrando que se pretende uma integração da equipe escolar, das instituições escolares e dos conteúdos curriculares.

Antes não havia preocupação por parte da administração da escola para que houvesse um entrosamento entre as demais instituições. Com essa nova lei, vai se ter uma obrigatoriedade na qual as escolas vão ter que se entrosar e se intercomplementar com o objetivo de conseguir uma **“integração física, técnico-pedagógica e administrativa de conjunto de escolas, transformados em complexas unidades integradas de ensino (escolas integradas, centros educacionais)”**.¹⁰

No Estadual de Bodocongó, esse Complexo¹¹ foi criado através de uma portaria de 07/05/1974 publicado no Diário Oficial do Estado, na qual defendia que as escolas de 1º grau, teriam que integrar os programas curriculares que seriam desenvolvidos por uma administração comum, com orientação técnico-pedagógica igual para todos, facilitando o ingresso natural dos alunos da 4ª série para 5ª série. Portanto, com essa integração, o aluno da 4ª série não precisava mais fazer exame de admissão que antes era exigido para chegar a 5ª série.

Havia também uma integração entre os bairros que nota-se desde o primeiro ano de funcionamento da Escola onde a sua área de ação atuava em treze bairros diferentes. Quinze anos depois, a Escola recebe em seu quadro estudantil, uma clientela de dezenove bairros, sendo a minoria dos alunos residentes em Bodocongó. Isso persiste até os dias atuais.

10). NAGLE, Op cit., p. 35

11) Complexo é um conjunto de escola em nível primário e ginásial

O que falta, agora, à Escola Estadual de Bodocongó? Achamos que com essa preocupação, e principalmente querendo homenagear a escola, é que a composição de um hino (ver anexo 1) feito pela professora Míriam Xavier de Araújo, foi gravado. Isso foi feito sete anos depois de fundada a escola. Era preciso ainda uma representação simbólica¹² da escola como forma de registrar na memória das pessoas a importância da escola, daí através de um concurso de desenhos de bandeiras, é que a bandeira da escola foi escolhida. A escola, agora tinha uma bandeira. Isso também se deu quanto ao nome da escola, que por ter o nome de um industrial, o símbolo da escola é uma fábrica. (ver anexo 2)

A escola, através do decreto 4.596 de 07/06/68, publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba, tornou-se autônoma, independente e contínua. Esse decreto abrange as Escolas Estaduais de Campina Grande e João Pessoa. A escola também participou de eventos culturais como o II Festival Colegial de Campina Grande, ficando em terceiro lugar.

Constatamos que as atividades escolares que eram oferecidas, como por exemplo, as oficinas, o grêmio e o centro cívico hoje estão desativadas. A escola também já não oferece serviço odontológico. Atualmente, a escola tem sessenta e seis professores e quarenta e quatro funcionários, dezesseis salas de aulas e quarenta e oito turmas.

12. CARVALHO, José Murilo de. *A Formação dos Alunos: Imaginário da República do Brasil*. SP: Cia das Letras, 1990

Analisando os dados que encontramos no histórico da Escola referente a 1965 podemos constatar que dos cento e vinte e sete alunos matriculados, somente noventa e oito chegaram ao final do ano, sendo aprovados setenta e nove alunos e reprovados dezenove alunos. Em 1980, de mil e quinhentos e um alunos que terminaram o ano, foram aprovados mil trezentos e vinte e um e reprovados cento e oitenta alunos. A evasão nesse ano, teve um índice baixo. Em 1994, esse quadro mudou, nota-se que o índice de reprovados e desistentes aumentou. Dos dois mil e oitenta e seis que terminaram o ano letivo, mil e vinte alunos foram aprovados, seiscentos e quarenta e três reprovados e quatrocentos e treze evadidos. E em 1995, a situação não melhorou nada (ver quadro abaixo), pois podemos constatar que a soma dos alunos reprovados e desistentes é superior à dos alunos reprovados.

ANO 1995		
Alunos	Números	%
Matriculados (inicial)	2.127	-
- aprovados	993	48,2
- reprovados	649	31,5
- desistentes	420	20,3
- transferidos	65*	-
TOTAL FINAL	2.062	-

* O total final é menos o número de alunos transferidos

Portanto, através da nossa pesquisa, analisamos que a Escola Estadual de Bodocongó surgiu para atender as necessidades da comunidade local e

percebemos que houve um considerável aumento no número de alunos matriculados, desde a sua fundação até 1995.

A escola onde estagiamos no 2º grau, está localizada na rua Duque de Caxias, no bairro da Prata. Nessa escola, estagiamos nas turmas do terceiro ano científico, que em média tinha uma faixa de cinquenta alunos em sala de aula.

Como não nos foi possível ter contato com os documentos da escola devido à algumas restrições por parte do diretor, fizemos então uma entrevista com o mesmo, para que assim pudéssemos conseguir os dados que precisamos.

Segundo a entrevista que fizemos com o diretor geral do Estadual da Prata, Claudionor de Albuquerque Farias, a Escola foi fundada no dia trinta e um de janeiro 1953, devido a necessidade de se construir uma escola de grande porte com o objetivo de absorver alunos que não tinham condições de pagar escola particular.

Inicialmente, a Escola surgiu com o nome de Colégio Estadual de Campina Grande, mas como estava situada no bairro da Prata, recebeu o nome de Colégio Estadual da Prata, mais esse nome nunca foi oficial. A Escola passou em 1976, a ser chamada de Escola Estadual de 2º grau Dr. Elpidio de Almeida, com o objetivo de homenageá-lo por ter sido na época, um prefeito de Campina Grande e assim tinha uma certa importância política.

A única reforma, que a escola teve, desde a sua Fundação até os dias atuais, foi devido a necessidade de se construir uma área de recreio, pois no período de inverno, os alunos ficavam a mercê do tempo, e se chovesse os alunos não tinham para onde ir. Nessa área, ainda foi colocada uma cantina, duas salas que serviriam uma para o grêmio estudantil e outra para depósito, e ainda dois banheiros. Hoje, essa área está se transformando num ginásio. A infra estrutura da escola oferece ainda, aos alunos uma biblioteca, não muito

boa porque o Estado não oferece livros mais atuais para que os alunos possam pesquisar; uma sala de computação com sete computadores, oferecendo curso gratuito para os alunos; uma sala de vídeo com duas TVs e ainda dispõe de um aparelho de fax. Segundo o diretor, essa “modernização” não teve quase nenhuma ajuda do governo do Estado, então, foi **“preciso tocar o barco devagarinho”**.

Antes de 1993, o índice de evasão era muito alto, entre 35% e 25%. E atualmente, esse índice baixou para um percentual entre 6% e 10%, segundo o diretor, essa queda se deu devido ao sistema de avaliação da escola que é diferente de todas as outras escolas da rede pública. O sistema de avaliação atual do Estado é que os alunos que tiram abaixo de 5,0 façam recuperação a cada bimestre, chegando a fazer até 3 ou 4 avaliações de recuperação por ano. No Estadual da Prata, a média dos alunos passou para 7,0 e os alunos que tiram abaixo dessa média, fazem recuperação a cada semestre com o assunto do semestre todo, daí a preocupação dos alunos em estudar para não ficar em recuperação. Com esse sistema de avaliação o índice de aprovação melhorou muito, conseguindo aprovar no vestibular desse ano (1996), 70% dos alunos tanto nas Universidades Federal e Estadual.

O número de alunos matriculados atualmente é de dois mil e setecentos , mas há um cursinho aos sábados que tem mil alunos matriculados, sendo que duzentos e sessenta e cinco alunos são da rede particular e o restante da rede pública. Os alunos do cursinho são dividido por áreas: na área 1 que se refere à Tecnológica, há duas turmas; na área 2 que se refere à Saúde, há quatro turmas, com sessenta alunos cada; e na área 3 que se refere à Humanas, existe mais quatrocentos alunos, as aulas nesse caso, são ministrada no auditório. O número de professores que estão lecionando atualmente na escola, é de cento e

vinte e dois professores, e no cursinho, dezesseis professores, mas vale salientar que nem todos os que lecionam no cursinho são professores da escola, são voluntários que se propuseram a cooperar, também entre eles, há alunos concluintes das duas Universidades, tanto da Federal como da Estadual.

A escola faz parte do projeto CEPES¹³, que abrange sete escolas em toda Paraíba, sendo quatro em João Pessoa e três em Campina Grande. A base desse projeto foi implantada no Estadual da Prata por ser a maior escola da rede pública em Campina Grande. O mesmo aconteceu com o Liceu, em João Pessoa. Abrangendo também as escolas circunvizinhas. Esse projeto tem como objetivo expandir-se futuramente para outras regiões de ensino e exige que os professores trabalhem no mínimo dois expedientes; também vai haver cursos que serão oferecidos pela Secretaria de Educação para o aperfeiçoamento dos professores, e são ministrados pelos professores da Universidade Federal e da Universidade Estadual.

Portanto, os dados que conseguimos sobre a escola Estadual da Prata foram esses que nos foi concedido pela entrevista com o diretor geral. Fica aqui registrado, que tudo que nós escrevemos foi fruto do que o mesmo falou, ou seja, é a visão dele sobre a referida escola.

No próximo capítulo, falaremos um pouco sobre as nossas experiências na Prática de Ensino durante todo o período de 96.1.

13. CEPES - Centro Paraibano de Educação Solidária

CAPÍTULO II

“ESTÁGIO SUPERVISIONADO: UMA EXPERIÊNCIA INESQUECÍVEL”

“Só não existe o que não
pode ser imaginado”

(Murilo Mendes)

“ESTÁGIO SUPERVISIONADO: UMA EXPERIÊNCIA INESQUECÍVEL”

O objetivo deste capítulo é relatar as experiências que tivemos durante toda Prática de Ensino, desde quando começou o período 96.1 até o término do Estágio Supervisionado. Mostraremos como se processou essa Prática de Ensino através de todo um planejamento que fizemos englobando desde a seleção de conteúdo à avaliação, concluindo aqui todos os critérios necessários para o bom desenvolvimento das aulas.

O período 96.1 iniciou-se no dia 20 de maio desse mesmo ano, e com ele veio a expectativa de como seria a Prática de Ensino em História de 1º e 2º graus. Essa disciplina tem como coordenadora a professora Eronides Câmara Donato, mais conhecida como “Nilda” que no primeiro dia de aula nos alertou para a responsabilidade e dedicação que esta disciplina exige e também propôs que fizéssemos algo diferente nesse semestre já que nos comprometemos de planejar tudo em conjunto. Outro aspecto diferente diz respeito as aulas ditas “**experimentais**”, as quais ao contrário dos semestres anteriores, foram ministradas desde o início no campo do estágio, e não na Universidade como de costume. Depois, partimos em busca das escolas para desenvolvermos o nosso estágio e as escolhidas foram : Escola Estadual de 1º e 2º graus Ademar Veloso da Silveira e a Escola Estadual de 2º grau Dr. Elpidio de Almeida. Iremos falar um pouco de como se processou nossa “Prática de Ensino” em cada uma das referidas escolas que citamos acima.

Os critérios que nos levaram a escolher a escola, foram os seguintes: primeiro, a professora queria que entrássemos em ação logo que começasse o semestre, então ela foi à Escola Estadual de Bodocongó falar com a diretora

para ver quais eram as possibilidades de fazermos a “prática” na escola, segundo, porque esse estabelecimento já estava sem professora há um mês e os alunos das 5ª séries estavam sem aulas de história.

Ao falar com a diretora, sabemos, através da nossa Coordenadora Prática de Ensino que iríamos começar a estagiar no Estadual de Bodocongó a partir do dia 27 de maio do corrente ano e ficaríamos com as 5ª séries. Ficamos um pouco assustados sem saber se ela estava brincando ou não, pois só tínhamos um final de semana para prepararmos a aula de segunda-feira.

E agora, o que iríamos fazer? O primeiro passo que fizemos foi selecionar os conteúdos que iríamos trabalhar. E para isso utilizamos os livros didáticos que conseguimos com alguns colegas. Depois de selecionarmos os conteúdos, ficou decidido que nossa primeira aula de História seria sobre as “Nações Indígenas no Brasil” e aí começamos a nos preparar para aula.

Sobre a didática, aprendemos que se devinde o quadro didaticamente, em três partes: do lado direito fica o mapa; no meio, o roteiro da aula; e no lado esquerdo, outros recursos didáticos. A primeira aula tinha o objetivo de proporcionar um primeiro contato com a turma, que foi feito através de sondagem na qual procuramos saber alguns dados com os alunos como por exemplo: a faixa etária, os conteúdos que estudaram e por fim, perguntamos o que eles entendiam sobre História e qual era a expectativa em relação a disciplina, ou seja, o que esperavam estudar. A resposta foi unânime “ **História é bom porque estuda o passado.**”

Mas, o nosso primeiro contato com as turmas, deixou muito a desejar, pois como preparamos essa “**aula de apresentação**” de última hora, aprendemos a lição de que para se fazer qualquer atividade, principalmente com relação as atividades didáticas, tem que haver um planejamento.

E foi com essa preocupação que decidimos planejar tudo em conjunto, pois unidos conseguiríamos crescer juntos e ultrapassar os obstáculos que encontrássemos pelo caminho. E a partir dessa decisão, quase todos os dias, estávamos aqui na Universidade pela manhã ou tarde, ou ainda o dia todo, nos encontrando para discutir e planejar as aulas, os planos de ensino e os procedimentos didáticos que iríamos utilizar em cada aula.

Como nas Escolas nas quais estagiamos, não dispunham de recursos didáticos que pudéssemos inovar e enriquecer as aulas de História, utilizamos como principal fonte os livros didáticos, sem esquecermos de ter o “**cuidado**” de como utilizarmos essa fonte, já que em geral, esses manuais reproduzem uma História que privilegia os vencedores, e não os vencidos . Mas, como não tínhamos muita escolha, fizemos um levantamento bibliográfico e constatamos que em geral os livros eram tradicionais, e a única solução era tentar transformar os conteúdos dos livros tradicionais, em aulas que levassem os alunos a refletir, mas devido ao tempo não conseguimos atingir o nosso objetivo.

No que se refere à seleção de conteúdos , tivemos que seguir a seqüência proposta pelo plano de ensino das escolas, ficando assim presos a uma estrutura curricular exigida pela Secretária de Educação, sem nenhuma possibilidade de trabalharmos com temas diferentes, nesse contexto, teríamos que procurar dinamizar os conteúdos tradicionais que estão desassociados da realidade dos alunos. Pesquisamos os conteúdos em vários livros didáticos que são usados pela clientela escolar e por isso tem que ter uma linguagem simples para que os alunos entendam, embora seja uma História factual.

Após a seleção dos conteúdos , fomos elaborar os textos (ver anexo 3) que iríamos usar durante o período, tanto nas aulas de 1º grau quanto de 2º

algumas dificuldades, devido não termos experiência de trabalhar com produções de textos, no decorrer do curso, mas essas dificuldades foram superadas porque trabalhamos em conjunto e discutíamos tudo que iríamos fazer. Agilizando assim o nosso planejamento para os próximos textos. No segundo grau, a nossa experiência foi um pouco diferente pois tínhamos que seguir o programa do vestibular, já que estagiamos no 3º ano científico. Portanto, a nossa preocupação ao elaborarmos os textos de primeiro grau é que os mesmos estejam claros, possibilitando os alunos compreenderem os conteúdos; já nos textos de segundo grau, a nossa preocupação era trabalharmos mais conceitos e categorias, já que supúnhamos que os alunos tivessem um poder de abstração maior.

Diante desse planejamento, ou seja, do levantamento bibliográfico e a seleção de conteúdo, podemos assim iniciar a preparação dos planos (ver anexo 4) de aula que define nossos objetivos para ministrá-las. Só que a elaboração desse plano de aula não foi uma tarefa fácil porque teríamos que construir um problema cuja elaboração não estávamos, preparados. O plano de aula traz toda a trajetória que o professor pretende utilizar em suas aulas.

A metodologia que utilizamos, tanto no 1º grau quanto no 2º grau, foi através da aula expositiva-dialogada, na qual o nosso objetivo era fazer com que os alunos participassem das aulas com mais freqüência. E para dinamizar as aulas, utilizamos dramatizações(ver anexo 5), slides, mapas, cartazes, textos e também uma técnica “**nova**”(não muito utilizada) que foi a chamada aula história-narrativa, a qual falarei com mais profundidade no final do relato da nossa experiência no Estágio Supervisionado.

A nossa auto-avaliação,era feita depois de cada aula dada para que pudéssemos perceber as nossas falhas e nossas limitações. Avaliamos nossas

da sua aula como da aula do outro. Crescemos muito com esse tipo de discussão, pois não havia críticas para subestimar a nossa capacidade, mas para contribuir para o nosso crescimento como profissional.

Agora, a nossa preocupação era saber como avaliar o aluno e com essa preocupação é que quase todas as aulas, ou melhor, ao terminamos um conteúdo de aula, pedíamos algum tipo de exercício para verificar como o aluno estava percebendo e assimilando o assunto. Mas esses exercícios (ver anexo 6) que pedíamos, tinha como objetivo fazer com que os alunos produzissem o seu próprio texto, ou melhor, escrevessem com suas próprias palavras o que eles tinham entendido sobre o assunto. De maneira geral, para os alunos que não estavam acostumados com esse tipo de exercício, o resultado foi satisfatório. Elaboramos também uma prova (ver anexo 7) do 2º bimestre, na qual o resultado também foi satisfatório, pois apesar de alguns erros encontrados, percebemos que os mesmos escreveram, com suas próprias palavras do que entenderam dos conteúdos abordados em sala de aula.

Já no segundo grau, a avaliação que fizemos com os alunos foi pela participação em sala de aula, o que nos decepcionou um pouco, porque turmas com quase cinqüenta alunos, apenas dois ou três participavam das aulas e o restante pareciam não estarem muito interessados no que o professor diz, e principalmente, estagiário como nós¹⁴

Bem, agora vamos falar um pouco sobre a nossa experiência em sala de aula, tanto no primeiro grau quanto no segundo grau, mostrando a diferença de uma escola para outra. A nossa primeira aula foi na 5ª B que tinha uma faixa de quarenta e dois alunos e a maioria da turma tinha quatorze anos. Os dias da aula de História eram nas quartas-feiras a primeira e terceira aula. Iniciamos a

¹⁴ Os alunos acham que por sermos estagiários, não temos o domínio de conteúdo, pois ainda não somos professores.

aula nos apresentando e querendo saber o nome de cada um deles, para com isso ter um primeiro contanto que propiciasse o aluno ficar mais a vontade. Depois das apresentações fizemos uma rápida sondagem sobre o que eles achavam de História. Veja algumas das respostas¹⁵ sobre isso: **“A disciplina de História é muito bom, porque ficamos conhecendo histórias antigas. Eu quero aprender história com cartais”**; **“Eu acho a disciplina de história muito defício porque eu nunca estudei história a minha opinião era que você trabalhasse com texto porque é melhor”**; **“Eu acho a História uma disciplina muito importante para todos nós, porque sem História nós não iríamos saber várias coisas como a pré-história”**.

Diante de respostas como essas, e que percebe-se como a História é ensinada nas escolas da rede pública: uma História factual enfatizando figuras de reis e heróis que são trazidos pelos livros didáticos, sem ao menos ter a preocupação de estimular o aluno a pensar sobre esses **“personagens”**.

Após a sondagem, começamos a dar aula sobre as **Nações Indígenas no Brasil**, e uma das dificuldades que sentimos foi a de aproveitamos os depoimentos dos alunos para dar exemplos mais concretos, partindo da realidade dos mesmo, já que nessa aula utilizamos o método comparativo para perceber as diferenças entre a cultura do índio e a do branco.

Os conteúdos que trabalhamos no primeiro grau foram: **Nações Indígenas no Brasil; As Grandes Navegações; O Período Pré-colonizador e Colonizador**. E em cada um desses conteúdos, tentamos fazer de forma diferente para que os alunos se interessassem mais pela aulas de História.

¹⁵ Vale salientar que o que escreveremos aqui, são respostas dos alunos e por isso conservamos a grafia dos mesmos.

A técnica que utilizamos para ministrarmos o segundo conteúdo que foi sobre “As grandes navegações”, foi a aula história-narrativa. E como é possível pensar a História através da narrativa?

A narrativa existe desde a antigüidade onde vai haver uma reflexão teórica de Platão e Aristóteles sobre o ato de narrar. Segundo Lígia¹⁶ **“são eles que iniciam, na tradição do Ocidente, uma discussão que não vai mais se acabar, sobre qual a relação entre o modo de narrar, a representação da realidade e os efeitos sobre os ouvintes e/ou leitores.”**

No século XVIII, a História era vista como arte literária e não se preocupava em utilizar conceitos. Nesse contexto, o historiador narrava de forma literária pois fazia parte de sua profissão. A narrativa só começa a ser deixada de lado, quando há uma preocupação em definir a cientificidade da História, ou seja, quando se começa a discutir se a História é ciência ou não, através das idéias iluministas. Isso aconteceu no final do século XVIII e início do século XIX. Aqui vai haver uma distinção entre **História** (como compromisso com o relato da verdade) e a **Ficção** (compromisso com a fantasia).

A partir do século XIX, a preocupação era de explicar e interpretar os fatos, ou seja, **“contenta-se com a relação pura e simples dos fatos, com muitos detalhes concretos, como prova de sua existência”**¹⁷. Mas, mesmo assim a narrativa terá que continuar, pois como explicar e conceitualizar os fatos sem narrar; porém, essa narrativa tem uma posição secundária. Portanto, a História teria que mudar sua forma de narrar empregando a conceitualização.

Quando os historiadores, do século XX, começaram a criticar a postura dos historiadores do século anterior, é que se tem a necessidade da volta da

¹⁶ LEITE, Lígia Chiappini Moraes. O Foco Narrativo. 4ª edição. São Paulo: Ática, 1989, p.6.

¹⁷ LEITE, Lígia Chiappini Moraes. Op. Cit., p. 83.,

narrativa, avaliando a própria crise da História. Aqui não mais interessava fazer uma história só preocupada em narrar (literária), na qual o sujeito era o centro de tudo, nem tão pouco, uma história só voltada para ciência cujo centro era o objeto. Mas era preciso fazer uma junção para que a História fosse composta pelo objeto e pelo sujeito (que interfere).

Essa retomada da narrativa, volta a questão se a História é arte, ciência e filosofia. Nesse contexto, o debate em torno da narrativa histórica se dá em três elementos básicos: Relação entre a narrativa e o empírico, neste caso a posição empirista enfatiza o fato e a narrativa serviria para figurar o fato, ou seja, serviria como meio de descrever o fato empírico (verdade); Narrativa e unidade da ação da história: aqui a narrativa é enfatizada como organizadora da posição dos fatos, é a que chamamos de posição conceitualista que enfatiza a narrativa, que explica, organiza e articula os fatos. Aqui a narrativa é conceitualizante. A narrativa e a própria forma da narrar: se preocupa com a forma de narrar, pois cada pessoa tem seu estilo próprio de narrar devido sua posição lingüística. Aqui o historiador consegue se relacionar com o que foi narrado dos fatos. A preocupação de como narrar, é que na medida que você narra, vai interferindo na construção dos fatos.

Nesse sentido, ao utilizar-se da narrativa, o historiador não pode atribuir à realidade, idéias e princípios de sua própria cabeça. Ele pode colocar emoções nos fatos empíricos, mas não pode inventar os fatos.

Portanto, a narrativa além de ser um estilo literário, é também numa técnica de exposição de aula que utilizamos com “**nossos**” alunos, mas de uma forma “**acanhada**”, pois não há trabalhos que relatem experiências que utilizem essa técnica de exposição (pelo menos, nós desconhecemos), para que pudesse nos ajudar.

Esse experimento teve os seus pontos positivos e negativos¹⁸. No que se refere, aos pontos positivos, indica que ao utilizarmos essa técnica de exposição, tínhamos como objetivo fazermos algo diferente que chamasse mais atenção dos alunos. Ao começarmos a aula, pedimos que eles prestassem atenção pois iríamos contar uma história que aconteceu há muito “tempo atrás”, entre mil quatrocentos e dez, quinze ... por aí assim, até mil e quinhentos. Nesse contexto procuramos delimitar o tempo e o espaço, e também utilizamos conceitos, como por exemplo monopólio¹⁹. Na medida que íamos narrando, tentamos colocar emoção no que íamos falando, variando o tom de voz para prender a atenção dos alunos. Para ilustrarmos a aula, levamos um cartaz com a figura de um monstro marinho engolindo a caravela (ver anexo 8) e o mapa.

Ao terminarmos a aula, chamamos um dos alunos para que contasse a história que tinham acabado de ouvir, e para nossa surpresa a aluna conseguiu contar, claro que de sua maneira e com sua linguagem, quase toda história que ouviu, utilizando-se do mapa. Uma semana depois, fizemos um exercício (ver anexo 6) surpresa para avaliar se realmente os alunos conseguiram aprender um pouco do conteúdo. já que não escrevemos nada no quadro na aula anterior e por isso ficamos preocupados. Mas que nada, nos surpreendemos mais uma vez, pois o resultado que obtivemos foi muito bom.

No que se refere as dificuldades, que sentimos nesse tipo de técnica, foi a de colocarmos emoções nos fatos. O professor, aqui, tem que ser artista e infelizmente como não temos o hábito de dramatizar ou demonstrar nossas

¹⁸ Negativos, aqui, tem o sentido de dificuldades

¹⁹ O conceito de monopólio foi usado para mostrar que Gênova e Veneza controlavam o comércio através do Mar Mediterrâneo, no período das Grandes Navegações

emoções, fica difícil de trabalhar assim, de uma hora para outra. Mas aos poucos conseguiremos.

Ao narrar, temos que fazê-lo de forma que todos compreendam o que estamos falando, atentando para coerência e articulação dos fatos. Mas, nem todo tema pode ser dado como aula narrativa, tem que haver uma variação, pois deve-se salientar que como todo processo ensino-aprendizagem ocorrem “falhas” que merecem ser estudadas. A aula narrativa também vai apresentar suas falhas necessitando de uma aula expositiva como forma auxiliadora para uma boa compreensão.

Essa técnica (aula história-narrativa), só utilizamos no primeiro grau. No segundo grau, devido ao tempo e ao programa que devíamos seguir não foi possível utilizá-la. As aulas, nesse caso, foram aulas expositiva-dialogadas.

A experiência do segundo grau não foi tão boa como a do primeiro grau onde passamos aproximadamente quase três meses com os alunos, percebendo assim a realidade de cada um deles. Na escola de 1º e 2º graus Ademar Veloso da Silveira já havia uma relação professor/aluno, e isso foi muito bom. No segundo grau, tínhamos que darmos seis aulas e não tivemos tempo de conhecer a turma, portanto não houve uma relação professor/aluno como no primeiro grau. As aulas do segundo grau tinha como objetivo estimular a participação dos alunos nas aulas; o que não ocorreu, pois os mesmos se recusavam a participar tomando, dessa forma, a aula monótona, pois mesmo que nós estimulasse-os através do diálogo, só um ou dois participavam.

No primeiro grau, também utilizamos uma dramatização (ver anexo 5) de um possível diálogo (ver anexo 9) entre o rei de Portugal e o seu ministro; como tema gerador da aula. Os alunos adoraram, esse diálogo falava da criação do sistema de Capitâneas Hereditárias. Essa dramatização foi apresentada em

quatro turmas faltando ser apresentada em duas turmas devido coincidir com o nosso horário no segundo grau.

Nas aulas que ministramos no primeiro grau, utilizamos vários recursos didáticos, como por exemplo, cartazes, slides, mapas, textos, além do habitual giz, e quadro. Nas aulas do segundo grau, não utilizamos quase nenhum recurso, a não ser o giz e o quadro, e também o texto. Mas como já falamos anteriormente, a escola tinha regras a serem cumpridas e tínhamos que seguir o seu programa. A turma, na qual estagiamos era o 3º ano científico, e tinha uma faixa de trinta e nove alunos ou mais em cada sala de aula.

No que diz respeito a avaliação, todas as aulas nós tentávamos avaliar os alunos pela participação dos mesmos nas aulas, mas também através de exercícios (ver anexo6); pintura ou colagem, trabalhos escritos e por fim uma prova escrita (ver anexo7). Mas como sentimos dificuldades em fazer a avaliação, resolvemos discutir esse aspecto do processo ensino-aprendizagem, no capítulo seguinte, mostrando dessa forma as dificuldades sentidas

Ao terminar as aulas do Estágio Supervisionado no primeiro grau, depois de quase três meses, resolvemos fazer uma exposição (ver anexo10) na escola, mostrando o que os alunos produziram durante o curto período em que estiveram conosco. Dessa forma, devolvemos aos alunos o que eles produziram e também os seus erros, já que não tivemos tempo de discuti-los em sala de aula, para que os mesmos pudessem aprender ainda mais.

Devido a preocupação que tivemos em avaliar os alunos, é que através da leitura desse tema é que passamos a refletir um pouco mais no capítulo seguinte.

CAPÍTULO III

“Avaliação: um processo de ensino e aprendizagem ?”

“O pensamento só começa
com a dúvida”
(Roger Martin Du Gard)

“AVALIAÇÃO: UM PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM”

Uma das tarefas mais difícil nesse Estágio Supervisionado que encontramos, foi o processo de avaliação. Como avaliar um aluno? Será que avaliar, significa tão somente atribuir uma nota para o aluno? E se for só isso, será que essa nota vai nos dizer realmente, se houve aprendizado ou não? E foi com essas e outras dúvidas que repensamos um pouco a avaliação.

Na década de quarenta, a avaliação foi considerada como medida²⁰ através de elaborações e aplicações de testes, mas devido a suas limitações, segundo Haydt²¹ “**nem todos os aspectos da educação podem ser medidos**”, há uma mudança no significado de avaliação, assumindo novas dimensões. Essa mudança se dá a partir de 1960, quando grupos de estudos, nos Estados Unidos se organizam “**para elaborar e avaliar novos programas educacionais.**”²²

O termo avaliar que tem o significado de medir, mostra que o objetivo que se quer alcançar é verificar se o aluno conseguiu absorver o máximo de informação. Esse tipo de concepção estabelece um método de ensino que nos mostra uma forma de avaliação na qual vai dizer quem sabe e quem não sabe. É diferente, portanto, do processo educativo voltado para a realidade no qual propicia o aluno desenvolver a capacidade de interpretar o mundo, ajudando-o, não apenas a acumular informações, mas compreender sua realidade. Nesse sentido, avaliar, agora é, verificar como o aluno está incorporando o conhecimento.

²⁰ Medida no sentido de colocar nota.

²¹ HAYDT, Regina Cazaux. *Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem*. São Paulo Ática, 1988. p. 8.

²² HAYDT, Regina Cazaux. *Op. Cit.*, p. 9.

A Reforma do ensino de 1º e 2º graus com a lei 5.692/71²³, mostra no seu artigo 14, propostas com relação a medida e avaliação de rendimento escolar, no qual propõem várias tarefas à equipe escolar, entre elas: escolher entre notas ou menções, como modalidade para expressar o aproveitamento dos alunos (art. 14 § 1º); construir uma escala de notas ou menções, indicando a nota ou menção a partir da qual se identifica o aluno com aproveitamento suficiente, bem como o ponto da escala que corresponde a 80% de aproveitamento (idem, § 3º, letra b). Dessa forma, o aluno será avaliado tanto quantitativamente como qualitativamente, que segundo Nagle²⁴ **“isso significa, principalmente, que a realização do aluno deve ser apreciada globalmente pelo professor, que assim se deve transformar num profissional capaz de perceber não apenas as “notas”, mas as diversas facetas da personalidade do aluno”**.

Devido aos vários conceitos que se tem sobre avaliação, há uma concepção mais abrangente na qual considera a avaliação como um recurso, um meio que sempre deve ser usada, com o objetivo de aperfeiçoar o processo ensino-aprendizagem. Nessa perspectiva, a avaliação deve ser contínua e constantemente planejada para que permita uma recuperação, quando for necessário. A avaliação é funcional quando se propõe a atingir os objetivos do processo ensino-aprendizagem proposto pelo professor.

Segundo Haydt²⁵ **“o propósito da avaliação orientadora não é detectar o sucesso ou fracasso dos alunos para fins classificatórios. É, isto sim, diagnosticar suas dificuldades para poder selecionar técnicas mais adequadas de ensino e planejar atividades que os ajudem a ascender a**

²³ CF. sobre Reforma do Ensino, NAGLE, Op. Cit., p. 105.

²⁴ NAGLE, Jorge. Op. Cit., p. 82.

²⁵ HAYDT, Regina Cazaux. Op. Cit., p. 14.

níveis e estágios mais complexos de aprendizagem ou, então, realizar atividades de recuperação.” Nesse sentido, a avaliação aqui não tem um caráter seletivo que promove o aluno de uma série para outra, mas há toda uma preocupação no comportamento do aluno como um todo, levando em conta o seu conhecimento em relação aos conteúdos dados até o aspecto afetivo do mesmo.

Na medida em que o professor vai avaliar o aluno, também está se auto-analisando pois o objetivo do professor é perceber como os alunos estão assimilando os conteúdos. Dessa forma, ao fazer uma prova com os alunos no final de uma unidade de ensino, as respostas vão traduzir se os alunos estão se saindo bem ou não; dependendo do que ele obtém como resposta, se for positiva, o professor ficará feliz em saber que está ajudando os alunos a crescerem; mas se for negativa, o professor questiona a eficácia do seu trabalho didático procurando melhorar sua atuação como professor, fazendo com que as aulas se tornem mais interessantes e para isso ele tem várias estratégias, basta saber lidar com elas.

A avaliação é a parte mais importante do processo ensino-aprendizagem pois vai haver um retorno do que foi dado em sala de aula. Ao planejar uma avaliação, seja prova, teste ou trabalho escrito, o professor tem que ter cuidados com o que pede aos alunos, orientando-os para que assim não fique dúvidas quanto ao que foi pedido. Cabe ao professor aproveitar tudo o que os alunos disserem na prova, e levar para a sala de aula para se fazer uma reflexão sobre frases interessantes, como por exemplo, **“Esse branco intruso diz que foi ele que descobriu o Brasil...”**²⁶, e frases preconceituosas, como por exemplo, **“O índio é atrasado...”**²⁷. Como também retirar as palavras que eles

²⁶ Frase encontrada em um dos trabalhos dos alunos das 5ª séries.

²⁷ Idem.

escreveram erradas e mostrar para eles, fazendo com que os alunos verifiquem o que erraram e porque erraram. Nesse sentido, supõe-se que os mesmos não repetirão os mesmos erros cometidos. Segundo Haydt, **“dessa forma a avaliação contribui para fixação da aprendizagem e constitui um incentivo para o aluno aprender (e não apenas para se preocupar com a nota)”**²⁸

Vale salientar que apesar de insistirmos na avaliação formativa, a qual se preocupa na formação do aluno, propiciando que ele conheça seus erros e acertos durante o longo processo de ensino-aprendizagem, ainda temos nas escolas a velha aplicação ou provas na qual temos que atribuir uma nota ao aluno pelo índice de acertos e erros obtidos na prova. Na escola tradicional, a avaliação servia para classificar o aluno de uma série para outra, na educação moderna predomina a avaliação formativa.

Portanto, devemos notar que o objetivo do ensino, não é o conteúdo em si, mas o que o aluno compreendeu e inseriu na realidade vivida. Sendo assim, **“a avaliação deve ser considerada pelos educadores, pois, como uma tarefa coletiva, de todos, e não uma obrigação formal, burocrática e isolada no processo pedagógico.”**²⁹

A avaliação desenvolvida durante o processo de ensino-aprendizagem deve estar vinculada a um projeto educativo que tem o objetivo de atender os **“interesses e necessidades dos alunos garantido-lhes instrumentos que possibilitem o acesso aos conhecimentos necessários à formação de uma consciência crítica”**³⁰, fazendo com que os alunos consigam produzir os seus textos e participarem mais das aulas.

²⁸ HAYDT, Regina Cazaux., Op. Cit., p. 29.

²⁹ RODRIGUES, Neidson. Da Mistificação da Escola à Escola Necessária., 6ª edição. São Paulo: Cortez, 1992 (col. polêmicas do nosso tempo: 24), p. 80.

³⁰ KENSKI, Vani Moreira. “A valiação da Aprendizagem” In: Repensando a Didática\ Ilma Passos de Alencastro Veiga(coord.), 10ª edição, Campinas, São Paulo papirus, 1993.

Neste sentido, o professor vai se comprometer não só em transmitir o conteúdo para os alunos, mas transmiti-lo de forma questionadora e criativas, mesmo que o conteúdo seja tradicional. Portanto, o professor tem que ter consciência do ato de ensinar fazendo com que suas aulas tenham uma participação dinâmica dos alunos.

A tarefa mais difícil para o professor é atribuir uma nota ou conceito ao aluno, isso é imposto pelo sistema escolar responsabilizando o professor para cumprir tal tarefa. Geralmente, o professor ao avaliar, o faz de forma isolada. No que diz respeito a educação transformadora, a avaliação deve ser coletiva, onde a reprovação ou a aprovação dos alunos, deve ser discutidas pôr todos, cabendo ao professor estabelecer critérios a serem atingidos.

Portanto, o sistema de avaliação através do processo ensino-aprendizagem deve ser feito de forma que o professor além de atribuir notas ou conceitos aos alunos, leve em consideração a realidade de cada um deles motivando-os para que dessa forma, eles conseguissem ter um aprendizado muito maior. Assim, **“o ato de avaliar é uma fonte de conhecimentos e de novos objetivos a serem alcançados no sentido permanente do processo educativo”**.³¹

No que se refere a nossa experiência sobre a avaliação é que, primeiramente, quando vamos avaliar qualquer acontecimento ou alguém, estabelecemos critérios que de acordo com o nosso objetivo, perceberemos se foram cumpridos ou não. Feito isso atribuiremos uma nota ou conceito ao que foi analisado. Por exemplo, ao chegarmos na Escola Estadual de Bodocongó onde os alunos das 5ª séries estavam sem professor há quase um mês, teríamos que fazer algum tipo de exercício que valesse a segunda nota do bimestre.

³¹ KENSKI, Vanu Moreira. Op. Cit. , p.143.

Passamos um trabalho e pedimos que eles pesquisassem sobre os índios e que veio em troca foi só cópias de livros. O que concluímos que os alunos, ainda não são orientados para fazerem pesquisa, cabe ao professor orientá-lo, para que com isso leve o aluno a desenvolver seu conhecimento.

Como ficamos mais um bimestre, podemos perceber que eles cresceram muito, em relação ao que eram antes. Fizemos vários exercícios, e no final do bimestre fizemos uma prova; o resultado (ver anexol1) não foi excelente, mas satisfatório, levando a crer que se o aluno for incentivado, irá com certeza, desenvolver seu potencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

**“As vezes é bom pensar na evolução
e pensar que o homem ainda não está concluído”**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se tem em mente quando se pretende ser professor, é passarmos para os alunos todo o nosso aprendizado de uma forma simples, almejando que os alunos entenda a nossa mensagem. Mas, na Universidade não somos bem preparados para enfrentar a realidade do ensino das escolas públicas, pois não há uma integração entre o ensino de 1º e 2º graus e a Universidade, apesar de ser proposta pela lei da reforma de ensino.

Essa dificuldade de integração percebe-se quando se tem a necessidade de relacionar a teoria com a prática, pois uma coisa é durante todo o curso aprendermos e discutirmos os conteúdos, conhecendo as várias interpretações que são dadas aos mesmos; outra coisa, é colocarmos em prática esses mesmos conteúdos nas escolas de 1º e 2º grau onde, às vezes, não tem nem o giz, para utilizarmos o quadro, mostrando dessa forma a defasagem e a precariedade do ensino.

Nesse sentido, ao chegarmos ao Estágio Supervisionado nos deparamos, com inúmeras dificuldades, principalmente em termos didáticos, como por exemplo, a elaboração de todo o planejamento didático que tínhamos o objetivo de alcançar.

Um dos aspectos mais positivos nesse período na Prática de Ensino, foi a nossa integração, pois tudo que iríamos fazer planejávamos e discutíamos em conjunto. Mas esse trabalho que desenvolvemos em conjunto, também teve os seus pontos negativos devido alguns alunos não participarem de algumas atividades, mas isso acontece em quase todo trabalho em grupo, só que no nosso caso, esse problema existiu, mas foi mais fácil de contorná-lo. Achamos

que se a Prática de Ensino, continuar com a proposta dos alunos trabalharem em grupos, com certeza trará mais sementes que irão germinar e frutificar. Esperamos que essa integração não fique só na nossa memória, como fruto de um bom aprendizado nas nossas vidas, mas que persista na nossa vida profissional, para que possamos assim dar a nossa contribuição para uma boa qualidade de ensino.

No que diz respeito as técnicas que utilizamos durante o nosso Estágio Supervisionado foram várias, entre as quais, estavam as técnicas mais **“atuais”**³² como a aula história-narrativa, e a dramatização. O nosso objetivo ao utilizarmos essas técnicas era fazer com que as aulas se tornassem mais interessantes, despertando assim o interesse dos alunos pelas aulas de História, pois os mesmos reagem àquelas aulas do tipo tradicionais, nas quais só o professor fala, só ele sabe a “verdade” e o aluno não pode participar desse tipo de aula, daí muitas vezes se tornarem **“mal criados”** denominados de **“bagunceiros”** reagindo a esse tipo de método.

A carga horária de trabalho de um professor na escola pública é de quarenta horas semanais, não tendo tempo de estudar e pesquisar, sendo assim, transmite um conhecimento já produzido, não tendo tempo de selecionar e questionar esse conhecimento. Dessa forma, a realidade do ensino público no Brasil ainda é muito precária, portanto é preciso que se invista mais na educação para que o professor tenha condições de aprimorar cada vez mais seu trabalho, utilizando-se de novos recursos, como vídeo, teatro, cinema e literatura em suas aulas.

³² Atuais , no sentido de quase nunca serem usadas.

Ao chegarmos ao final desse relatório que foi fruto de muita pesquisa e experiências que tivemos, propomos que questões relacionadas à Educação sejam constantemente repensadas e refletidas. Como também as “novas” técnicas de ensino.

Portanto, cabe a nós professores, lutarmos por melhores condições de trabalho no qual o objetivo seja o aluno, para que possamos formar profissionais competentes.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA:

- ALVES, Nilda (org).** **Formação de Professores**, 3ª Edição São Paulo: Cortez, 1995. (Col. Questões de nossa época).
- CABRINI, Conceição. et alli.** **O Ensino de História**, 3ª Edição São Pulo: Brasiliensi., 1987.
- CARVALHO, José Murilo de.** **A Formação das Almas (O imaginário da República no Brasil)**: SP: Cia das Letras, 1990.
- FRANCO, Maria Laura P Barbosa.** **Ensino Médio: Desafios e Reflexões.** Campinas. SP.: Papiros, 1994.
- HAYDT, Regina Cazaux.** **Avaliação do Processo Ensino Aprendizagem**, São Paulo: Ática, 1988.
- LEITE, Lígia Chiappini Moraes.** **O Foco Narrativo**, 4ª Edição São Paulo: Ática, 1989 (série princípios).
- LIMA, Adriana de Oliveira.** **Avaliação Escolar: Julgamento x Construção?**, 2ª Edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- NAGLE, Jorge.** **A Reforma e o Ensino**, 2ª Edição, SP: EDART. Brasília, INL, 1976
- PELLANDA, Nize M Campos.** **Ideologia, Educação e Repressão no Brasil pós-64**, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986 (Novas Perspectivas, 22.).
- RODRIGUES, Neidson.** **Da Mistificação da Escola à Escola Necessária**, 6ª Edição, São Paulo: Cortez, 1992 (col.Polêmicas do nosso tempo, 24.).
- SILVA, Marcos A. da (org).** **Repensando a História**, 2ª Edição, RJ: Marco Zero.

PICONEZ, Stela C. B. (coord.). A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado, 2ª Edição, Campinas, São Paulo: Papyrus, 1994 (coleção magistério, formação e trabalho pedagógico).

VEIGA, Ilma Passo Alencastro (coord.). Repensando a Didática, 10ª Edição, Campinas, SP: Papyrus, 1995. Vários Autores.

ANEXO I

HINO AO COLÉGIO ESTADUAL DE BODOCONGÓ
LETRA E MÚSICA DE MÍRIAM XAVIER - 1972

ESTRIBILHO:

ESTADUAL DE BODOCONGÓ
FONTE INESGOTÁVEL DO SABER
ENSINA A JUVENTUDE VARONIL
A AMAR COM FERVOR NOSSO BRASIL

NUM BAIRRO DISTANTE DA CIDADE
UMA LUZ ESTÁ ACESA ETERNAMENTE
ÉS TU ILUMINADA MOCIDADE
AJUDANDO O BRASIL IR PARA A FRENTE

O ALUNO É PÔR TI ORIENTADO
A CUMPRIR OS DEVERES FIELMENTE
COMO LEMA TERÁ SEMPRE EM SUA MENTE
ELEVAR BEM ALTO O NOSSO ESTADO

DA CULTURA ÉS TU UM MENSAGEIRO
SEMEANDO UM GLORIOSO POR VIR
ÉS AUGUSTO, ÉS GIGANTE GUERREIRO
PROCURANDO A CAMPINA SERVIR

SENTIMOS EM TI NOSSA VITÓRIA
AVANTE JUVENTUDE, SEMPRE AVANTE
TEU NOME HÁ DE FICAR EM NOSSA HISTÓRIA
HONRANDO NOSSA PÁTRIA MAIS GIGANTE

ANEXO II

ANEXO III

Escola Estadual de 1º e 2º graus Ademar Veloso da Silveira

Disciplina : História do Brasil

Professor(a)/Estagiário(a) : Ana Carla Farias Alves.

Série : 5º Turma : B Turno : Tarde Data: 29.05.96.

Nações Indígenas no Brasil

Em 1500, quando os portugueses chegaram ao Brasil , havia milhões de índios espalhados pelas praias , campos e florestas do atual território brasileiro.

Os índios, como os demais povos, passam a infância e adolescência preparando-se para a vida adulta . O nascimento de uma criança indígena é esperado com todo amor e preocupação pôr todos os seus parentes. Na infância , com sete ou oito anos , os meninos começam a pescar e a caçar pequenas aves, enquanto as meninas dedicam-se a ajudar a mãe : a cozinhar , tecer e cuidar das crianças menores. Já na adolescência, tanto a menina como o menino iniciam-se numa participação ativa na vida em grupo. No que diz respeito a maturidade, tanto o homem quanto a mulher tem permissão para constituir família, são responsáveis pelo sustento do grupo e tem o direito de conhecer os seus valores e costumes. Ser adultos é também poder ocupar um cargo na aldeia de chefe político ou religioso.

Os índios não compreendem nem possuem a propriedade particular da terra, nem se preocupa em acumular bens através do trabalho: a terra e tudo que ela produz, pertence a todos e se destina a sustentação das necessidades.

Acredita-se que os índios chegaram ao Brasil há 50 mil anos , vindos da Ásia e Polinésia, navegando de ilha em ilha até cruzar o Pacífico e chegar à costa Ocidental da América.

Há quinhentos anos eram aproximadamente cinco milhões; hoje são cerca de duzentos e cinquenta mil, dividido em duzentas nações e falando cento e setenta línguas.

O extermínio das nações indígenas é obra do homem branco. Antes, colonizadores em busca de terras; hoje fazendeiros, garimpeiros e madeireiros em busca de terra, madeiras e minérios.

BIBLIOGRAFIA

BOULOS, Alfredo Jr. . História do Brasil In: Nações Indígenas no Brasil. vol I. F.T.D. SP.

Escola Estadual de 1º e 2º graus Ademar Veloso da Silveira

Disciplina : História do Brasil

Professor(a)/Estagiário (a) : Ana Carla Farias Alves.

Série: 5º Turma : B Turno : Tarde Data: 12.06.96

Em Busca de Novos Caminhos

Antes das Grande Navegações os europeus conheciam apenas a Europa, norte da África e parte de Ásia, e as terras situadas além desse limites, eles tinham algumas notícias de viajantes.

No começo do século XV os europeus compravam uma grande - quantidade de produto vindos das Índias, só que esse comércio entre o Oriente e a Europa, era monopolizado pelas cidades italianas(Gênova e Veneza). Esse monopólio contrariava os interesses econômicos da burguesia e dos reis de vários países europeus. Portanto só havia uma solução : evitar o mar Mediterrâneo e procurar um outro caminho para as Índias. E isso tornou-se possível com as Grandes Navegações, na qual Portugal foi o primeiro país a conquistar o Atlântico.

Quando Portugal se lançou à conquista do oceano Atlântico, pouca gente sabia que a terra era considerada redonda. E aos poucos , os portugueses foram conquistando o Atlântico com a ajuda do progresso técnico e científico. E como exemplos importantes desse progresso foram a invenção da caravela e o aperfeiçoamento da bússola.

E foram técnicas como estas que facilitou os portugueses a iniciar sua expansão marítima, em 1415, com a conquista de Ceuta, cidade situada no norte da África, rica em ouro, marfim, tecidos e especiarias, trazidas pelas caravanas, para serem vendidas aos mercadores italianos , só que depois de

conquistada, os caravaneiros passaram a desviar suas rotas para outros centros comerciais, prejudicando os portugueses. Devido a isto, o infante Dom Henrique fundou a escola de Sagres ,reunido assim , navegadores, astrônomos, geógrafos, cartográficos, matemáticos e tradutores de várias partes da Europa, que tinham o objetivo de aperfeiçoar os mapas, instrumentos de navegações e roteiros de viagem.

Pouco a pouco, os portugueses foram reconhecendo e explorando o litoral africano , e depois de contornarem o extremo sul da África , que foi batizado de cabo de Boa Esperança, chegou à Calicute nas Índias, realizando assim o sonho português de descobrir um novo caminho para o Oriente.

Em 1492, a Espanha deu início a sua expansão marítima, com um navegante italiano Cristovão Colombo que tinha o objetivo de chegar as Índias, navegando em direção ao Ocidente. Para realizar a viagem, recebeu dos reis espanhóis, dinheiro, suprimentos e três caravelas: Santa Maria, Pinta e Niña. Depois de navegar pelo Atlântico por quase dois meses, ele descobre um “novo” continente : a América . Sabendo da novidade, os reis espanhóis queriam garantir a posse dessas terras, então, resolveram dividi-las entre Portugal e Espanha através de um documento chamado Bula Inter Coetera, que dividia as “novas” terras por um meridiano localizado a 100 léguas a oeste das Ilhas de Cabo Verde . Tudo que ficasse a oeste dessa linha divisória, deveria ser de Portugal. Mas, Portugal não concordou com essa divisão, então exigiu um novo acordo.

Depois de muitas discussões, a Espanha aceitou a exigência feita pôr Portugal e em 1494, assinaram o Tratado de Tordesilhas, no qual a linha divisória deveria passar a 370 léguas a oeste das ilhas de cabo Verde. Tudo o

que ficasse a oeste dessa linha seria da Espanha e o que ficasse a leste seria de Portugal.

Como a viagem à Calicute foi um sucesso devido ao lucro fabuloso que dera aos portugueses, o rei de Portugal resolveu enviar ao Oriente uma poderosa esquadra com objetivo de fundar feitorias e , através delas, exercer um controle sobre o comércio das especiarias orientais. Comandada por Pedro Álvares Cabral, a expedição partiu de Lisboa, no dia 9 de março de 1500 e , distanciando-se do litoral Africano, cruzou o oceano Atlântico e no dia 22 de abril, os portugueses avistaram um monte redondo e alto que batizaram de monte Pascal.

A seguir , desembarcaram em terras habitadas por índios que tomaram posse em nome do rei de Portugal. A primeira missa foi celebrada por frei Henrique Soares Coimbra , no dia 26 de abril , na terra que acabou por se chamar Brasil, devido a enorme quantidade de árvores chamadas de pau-brasil. Cabral depois de ter tomado posse dessas terras, continuou sua viagem para as Índias , mas mandou mensageiros á Portugal para contar ao rei notícias do Brasil .

GLOSSÁRIO

Burguesia - formada pelos comerciantes ricos europeus .

Bússola - Instrumento que auxiliava os navegantes na indicação do rumo a seguir.

Caravela - embarcação leve o veloz.

Especiarias - produtos que vinham das Índias.

Feitorias - grandes fortalezas com várias armazéns, onde se fazia o comércio .

Légua marítima - medida utilizada na navegação marítima, equivalente a 5.557 m.

Monopólio - direitos exclusivos de dominação.

BIBLIOGRAFIA:

BOULOS Jr., Alfredo. História do Brasil. vol .I, SP: F.T.D., 1994

Escola Estadual de 1º e 2º Graus Ademar Veloso da Silveira

Disciplina: História do Brasil

Professor(a)/Estagiária(a): Ana Carla Farias Alves

Aluno (A): _____

Série: 5

Turma: 3

Turno: Tarde

10.07.96

O BRASIL NOS TRINTA PRIMEIROS ANOS

Em 1500, quando os portugueses chegaram ao Brasil, verificaram que a terra habitada pelos índios era muito grande, havia muita água e muitas árvores, entretanto, não encontraram nenhum indicio da existência de ouro ou prata, o que causou pouco interesse de Portugal em colonizar a terra. Não viram também nada que pudesse ser vendido na Europa por um preço tão alto quanto o das especiarias africanas e orientais que traziam lucros imediatos para Portugal.

Mesmo com seu lucrativo comércio com o Oriente, os portugueses fizeram algumas viagens ao Brasil para explorar o litoral e defender a posse da terra, no qual o pau-brasil foi o primeiro produto de valor comercial que os portugueses aqui encontraram. Essa madeira tinha uma cor avermelhada que servia para tingir tecidos e também era utilizada na fabricação de móveis e navios. O corte dessas árvores e o seu transporte para os navios eram feitos pelos índios que em troca disso, recebiam dos portugueses roupas coloridas, contas, espelhos, canivetes, facas, etc. Essa troca direta de produto por produto chama-se escambo. Dessa forma, o pau-brasil só podia ser explorado com a autorização do rei de Portugal sendo assim era monopólio do rei. Portanto, os comerciantes que queriam explorar o pau-brasil, erguiam feitorias

onde guardavam a madeira até que os navios chegassem para buscá-la. Diante dessa situação, haviam povos que não estavam satisfeitos com esse monopólio, como é o caso dos franceses que se achavam também no direito de explorar o pau-brasil, contando com a ajuda de alguns grupos indígenas.

Portanto, durante esses primeiros trinta anos, os portugueses não se interessaram muito pelo Brasil. Mandaram algumas expedições para conhecer a terra, explorar o pau-brasil e combater os estrangeiros. Essas expedições que eram chamadas de guarda-costas, não conseguiram livrar o Brasil da presença francesa e dos demais contrabandistas por duas razões principais: a grande extensão do litoral brasileiro e a ajuda financeira que o rei da França dava aos invasores franceses.

Diante desses problemas e com a esperança de encontrar ouro em terras brasileiras, o rei de Portugal decidiu colonizar o Brasil, isto é, povoar o território brasileiro a fim de melhor explorar suas riquezas, através da expedição colonizadora comandada por Martim Afonso de Sousa em 1530. Aqui chegando, explorou o litoral brasileiro e em 1532 fundou a vila de São Vicente iniciando a colonização que só teria sentido se a colônia oferecesse lucros para Portugal. Portanto, o papel do Brasil seria o de enriquecer a metrópole que passava por uma crise econômica. Com essa intenção, o governo português impôs ao Brasil um sistema de dominação política e econômica, no qual se estabelece o pacto colonial, que significa um compromisso entre a colônia (Brasil) e a sua metrópole (Portugal).

BIBLIOGRAFIA

BOULOS, Jr, Alfredo. **História do Brasil**. Vol. 1. Colônia, São Paulo
F.T.D., 1994

SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil**. Vol. 1. Colônia,
São Paulo: Moderna, 1994

Escola Estadual de 1º e 2º Graus Ademar Veloso da Silveira

Disciplina: História do Brasil

Professor(a)/Estagiário(a): Ana Carla Farias Alves

Aluno (A): _____

Série: 5ª

Turma: B

Turno: Tarde

A ADMINISTRAÇÃO COLONIAL

Até 1534 não havia nenhum governo fixo no Brasil, então o rei de Portugal D. João III percebeu que assim não podia manter o controle sobre sua colônia pois para isso era preciso muito dinheiro, mas Portugal nessa época enfrentava uma crise econômica devido ao declínio do comércio português com o Oriente. Pôr isso, o rei resolveu dividir o Brasil em 15 grandes faixas de terra denominadas de Capitâneas Hereditárias que foram entregues a doze donatários. Com essa divisão, o governo português criava em 1534 o primeiro sistema político para o Brasil.

O sistema de Capitâneas Hereditárias era regulamentado por dois documentos: a carta de doação e o foral. A carta de doação era o documento na qual o rei concedia uma capitania a um donatário e o foral no qual determinava os direitos e deveres dos donatários e os direitos do rei. E entre os direitos incluía-se o doação de sesmarias.

A maior parte das Capitâneas Hereditárias fracassaram, apenas duas prosperaram, a de Pernambuco e a de São Vicente: porque seus donatários, com recursos próprios ou com ajuda do rei de Portugal, conseguiram capital suficiente para desenvolver a produção açucareira.

Mas mesmo assim o sistema de Capitânicas não deu certo pois o Rei de Portugal não estava conseguindo controlar e explorar o Brasil de maneira satisfatória e exigiu de volta as capitânicas, mas só. em 1759 o sistema foi completamente extinto.

Então, seria preciso pensar em outro tipo de governo que centralizasse a administração, ou seja, era necessário que se criasse um Governo Geral para o Brasil, e isto foi realizado em 1548 e dura até a chegada da família real portuguesa ao Brasil em 1808.

O primeiro governador-geral foi Tomé de Sousa (1549-1553) que fundou a 1ª cidade brasileira, Salvador, na qual instalou seu governo. Trouxe também as primeiras cabeças de gado, incentivando assim a pecuária. O 2º governador-geral foi Duarte da Costa (1553-1558) em cuja administração fundou o Colégio de São Paulo em Piratininga, originando, depois, a cidade de São Paulo. Além disso, o seu governo foi abalado pela guerra contra os índios que se aliaram aos franceses que invadiram o Rio de Janeiro, onde fundaram uma colônia chamada França Antártica. O terceiro governador-geral foi Mem de Sá (1558-1572) que em seu governo expulsou os franceses do Rio de Janeiro, e com a ajuda de seu sobrinho Estácio de Sá fundou a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Após a morte de Mem de Sá em 1572, Portugal dividiu o Brasil em dois governos: O governo do norte e o governo do Sul, pois na sua opinião, isso facilitava a ocupação, a administração e a defesa do território brasileiro. Só que com a morte do rei de Portugal em 1580, o rei da Espanha que era seu parente ficou sendo também rei de Portugal, podendo também mandar no Brasil, e pôr isso dividiu o Brasil em dois Estados: O Estado do Maranhão e o Estado do Brasil.

Mas como estava surgindo vilas e cidades, ficava difícil de controlar a colônia, e seria preciso então pensar em uma forma de controlar e governar essas cidades e vilas. A solução encontrada foram as **CÂMARAS MUNICIPAIS** que eram instaladas nos municípios mais importantes e defendiam os interesses políticos e econômicos dos grandes senhores de terra.

BIBLIOGRAFIA

BOULOS Jr, Alfredo. História do Brasil. Vol. 1. Colônia
São Paulo: F.T.D., 1994

PILETTI, Nelson e PILETTI, Claudino. História e Vida Brasil.
Da Pré-História à Independência. Vol. 1. 4ª Edição
São Paulo: Ática, 1991

SILVA, Francisco de Assis. História do Brasil. Vol. 1. Colônia,
3ª Edição. São Paulo: Moderna, 1994

CEPES - Centro Paraibano de Educação Solidária
Escola Estadual de 2º Grau Dr. Elpídio de Almeida

Disciplina: História do Brasil

Professor(a)/Estagiário(a): Ana Carla Farias Alves

Aluno: _____

Série: 3º

Turma: F

Turno: Tarde

Data: 16/07/96

O BRASIL MONÁRQUICO: O PRIMEIRO REINADO (1822-1831)

No início do Primeiro Reinado, a grande tarefa de D. Pedro foi criar mecanismos para consolidar a independência no país, pois a nova ordem política (separação de Portugal) não fora prontamente acatada em todo território, isto é, houve alguns movimentos liberais de contestação. Não foi fácil vencer a distância entre a independência e a consolidação do Império. D. Pedro I enfrentou sérias dificuldades para consolidar sua autoridade, diante da contestação de muitas províncias obter o reconhecimento internacional e superar as divergências para a elaboração da primeira Constituição. Consolidação mesmo só viria no Segundo Reinado.

Ao mesmo tempo que lutava para se impor internamente D. Pedro I preocupava-se em conseguir apoio externo para a separação de Portugal. A Inglaterra era a principal intermediária entre Brasil e países europeus e via neste fato a grande oportunidade para continuar extraindo grandes lucros de seus privilégios comerciais com o Brasil, não lhe interessando portanto, romper com o velho aliado Portugal.

Meses antes da independência do Brasil foi convocada uma Assembléia cujo objetivo era elaborar a primeira Constituição do país, mas devido a

algumas razões entre as quais a dificuldade de comunicação, é que essa Assembléia só se instalou em 1823 para elaborar o projeto constitucional, que tinha como representantes a elite, que participou da luta pela independência e pela defesa dos ideais liberais.

Embora não possuísse uma organização formal, plataforma política ou regime interno, dois grupos considerados na época como partidos políticos se destacaram: o Partido Brasileiro e o Partido Português. D. Pedro insatisfeito com a Assembléia demonstrou seu autoritarismo dissolvendo a Constituição, porque esta diminuiria seus poderes absolutistas. Então, o imperador nomeou uma comissão com a intenção de elaborar um novo projeto de Constituição para o país.

A Constituição de 1824 que foi outorgada, ou seja, imposta pelo imperador tinha como principais pontos: a organização dos poderes de Estado; um sistema eleitoral elitista e fechado.

Mesmo com a Independência, os problemas econômicos e sociais no Nordeste continuavam, apesar da luta dos revolucionários de 1817. Como a concentração do poder estava nas mãos do imperador, ou seja, ele era quem nomeava os presidentes das províncias, houve enormes descontentamentos no país, principalmente nas províncias do Norte e Nordeste, particularmente em Pernambuco, onde havia grande traição de defesa dos ideais liberais e republicanos.

Algumas questões dividiam os revolucionários de 1817, embora todos estivessem unidos contra o imperador. Ao fim do tráfico de escravos opunham-se os proprietários rurais, como também a um série de posições radicais defendidas pelos setores médios das cidades e pelos grupos populares que formavam as “**brigadas populares**”. Foram várias as revoltas. Numa delas,

ocorridas em 1823 sob a chefia do mestiço Pedro Pedroso, que participara do movimento de 1817, as brigadas conseguiram derrubar o governo de Pernambuco e assumir o poder.

O governo de Pedro Pedroso sofreu forte reação. Sendo que o governo que fora deposto voltou, então, ao poder. Mas, devido aos vários tumultos e revoltas, a população elegeu um novo governo chefiado por um revolucionário de 1817 chamado Manuel de Carvalho Paes de Andrade, que era intendente da Marinha.

Em Fevereiro de 1824 D. Pedro I nomeou um presidente da província, só que Paes de Andrade negou-se a entregar o governo. Foi o início do movimento que ficou conhecido como Confederação do Equador.

Paes de Andrade como havia fugido para os Estados Unidos na época do movimento revolucionário de 1817, proclamava em lugar da monarquia a instalação de um regime republicano nos moldes norte-americano.

A reação do governo imperial a Confederação do Equador foi rápida e violenta. D. Pedro contratou esquadra de mercenários rurais opositores do movimento. A estratégia usada pelas forças imperiais foi combater as províncias separadamente, evitando que se unissem. Isto acelerou a derrota da Confederação.

Numerosos revolucionários foram presos e mais de uma dezena deles foram condenados à morte. Entre eles estava Frei Caneca, republicano devotado de grande prestígio junto ao povo.

Mais uma vez a força e o poder das lutas impuseram-se sobre os ideais de liberdade e participação, levando a morte muitos dos defensores desses ideais.

FIM DO PRIMEIRO REINADO

Com a morte de João VI, rei de Portugal em 1826, D. Pedro I foi proclamado seu sucessor. Para manter o poder tanto no Brasil quanto em Portugal, D. Pedro I renunciou em favor de seu filho menor, devendo esta casar-se com seu tio D. Miguel, que passaria a exercer o poder como regente enquanto a menina fosse de menor.

A insatisfação com o imperador crescia e durante várias noites de Março de 1831, conhecidas como Noite das Garrafadas, houve distúrbios e conflitos de rua no Rio de Janeiro.

Numa última e infrutífera tentativa de conciliação D. Pedro nomeou um Ministério constituído por brasileiros natos só que alguns dias depois, o imperador substituiu este Ministério por outro composto de nobres estritamente ligados a sua pessoa, o que ficou conhecido como Ministério dos Marqueses.

Esse fato levou mais de 2000 pessoas a fazerem uma passeata exigindo a volta do primeiro Ministério. O imperador preferiu renunciar em favor do seu filho D. Pedro de Alcântara com cinco anos de idade, e viajar para a Europa. Era uma madrugada do dia 7 de abril de 1831 e estava encerrada a primeira e tumultuada etapa da monarquia brasileira.

BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, Francisco. et. alli. História da Sociedade Brasileira.
2º Grau, 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.

ANEXO IV

Escola Estadual de 1º e 2º Graus Ademar Veloso Da Silveira

Disciplina : História do Brasil

Professora / Estagiária : Ana Carla Farias Alves.

Orientadora: Eronides Câmara Donato

Série : 5º Turma : B Turno: Tarde

Carga Horária : 2 horas/aulas

Tema : Noções Indígenas no Brasil Data: 29. 05 .96

Título : Os Donos da Terra

Plano de Aula

Objetivos	Conteúdos	Metodologia	Avaliação	Bibliografia
<p>Mostrar o cotidiano dos índios antes de terem tido contato com o homem branco.</p> <p>* Explicar o significado de terra e trabalho para o índio.</p> <p>* Identificar as teorias sobre a origem do homem americano</p> <p>* Explicar a razão do extermínio de milhões de índios.</p>	<p>* O cotidiano dos índios, antes de 1500.</p> <p>* A terra e o trabalho para os índios.</p> <p>* Teorias sobre a origem do homem americano.</p> <p>* O relacionamento entre os índios e o homem branco.</p>	<p>Aula expositiva-dialogada.</p> <p>* Texto</p> <p>* Quadro para giz.</p> <p>* Giz</p> <p>* Mapas.</p> <p>* Método comparativo: traçar as diferenças entre a cultura branca e indígena.</p> <p>* Roteiro</p>	<p>* Pesquisar em jornais ou revistas, a situação do índio na sociedade atual, ilustrar com desenho ou gravura.</p>	<p>* BOULOS JR., Alfredo. História do Brasil, V. 1 : Colônia, São Paulo : FTD, 1994 .</p> <p>* PILETTI, Nelson e PILETTI, Claudino. História e Vida. V.1 : Brasil : da Pré - História a Independência . São Paulo : Ática, 1991.</p>

Escola Estadual de 1º e 2º Graus Ademar Veloso da Silveira

Professora/Estagiária : Ana Carla Farias Alves

Orientadora : Eronides Câmara Donato

Série : 5º Turma: B Turno: Tarde Carga Horária : 1h/aula

Tema : Nações Indígenas no Brasil Data : 05. 06 .96.

Plano de Aula

Objetivos	Conteúdos	Metodologia	Avaliação	Bibliografia.
* Explicar a razão do extermínio de milhões de índios.	* O relacionamen- to entre os índios e o homem branco.	* Aula expositiva- dialogada. * Quadro para giz. * Giz. * Texto. * Roteiro.	* Fazer uma pesquisa em jornais ou revistas, sobre a situação do índio na sociedade atual. Ilustrar com desenho ou gravuras.	* BOULOS JR , Alfredo. História do Brasil V.1 : Colônia, São Paulo : F.T.D., 1991.

Escola Estadual de 1º e 2º graus Ademar Veloso do Silveira.

Disciplina : História do Brasil

Professora / Estagiária : Ana Carla Farias Alves.

Orientadora : Eronides Câmara Donato.

Série : 5º Turma : B Turno : Tarde Carga Horária : 1h/aula

Tema : Introdução às Grandes Navegações. Data : 05.06.96

Plano de Aula

Objetivos	Conteúdos	Metodologia	Avaliação	Bibliografia
* Explicar onde está situado Portugal e Espanha. *Mostrar a rota das Grandes Navegações.	* Localização geográfica da Europa. * A expansão marítima.	*Aula expositiva-dialogada. * Quadro p/giz. * Mapa * Metodologia	*Pela participação dos alunos em sala de aula.	- BOULOS JR. , Alfredo História do Brasil. V.1: Colônia, SP: FTD,1994. - PILETTI , Nelson. História e vida. v.1: Brasil: da Pré-História à Independência, São Paulo: Ática 1991.

Escola Estadual de 1º e 2º graus Ademar Veloso da Silveira

Disciplina: História do Brasil

Professora / Estagiária: Ana Carla Farias Alves

Orientadora: Eronides Câmara Donato

Série: 5ª Turma: B Turno: Tarde. Carga Horária: 2h/aulas

Temas: As grandes Navegações data 12.06.96

Título: Em busca de novos caminhos

Plano de Aula

Objetivos	Conteúdos	Metodologia	Avaliação	Bibliografia
<p>* Mostrar o conhecimento geográfico dos europeus.</p> <p>* Compreender a expansão marítima portuguesa e a participação da Espanha nas grandes navegações.</p> <p>* Explicar o Tratado de Tordesilhas.</p> <p>* Descrever a chegada dos portugueses na terra chamada hoje Brasil.</p>	<p>* Localização geográfica da Europa.</p> <p>* A expansão marítima e comercial lusitana.</p> <p>* A Espanha nas Grandes Navegações.</p> <p>* O Tratado de Tordesilhas.</p> <p>* A viagem de Cabral.</p>	<p>* Aula história - narrativa.</p> <p>* Mapa.</p> <p>* Texto.</p> <p>* Cartaz.</p>	<p>* Chamar um aluno para narrar a história das Grandes Navegações utilizando o mapa.</p> <p>* Pintura ou colagem da caravela, em casa.</p>	<p>- BOULOS Jr., Alfredo História do Brasil, V.1 : Colônia, São Paulo: F.T.D., 1994.</p> <p>- PILETTI, Nelson História e Vida, V.1 : Brasil : da Pré-História à Independência São Paulo : àtica, 1991.</p>

Escola Estadual de 1º e 2º graus Ademar Veloso da Silveira.

Disciplina : História do Brasil

Professora / Estagiária : Ana Carla Farias Alves.

Orientadora : Eronides Câmara Donato.

Série : 5º Turma : B Turno : Tarde Carga Horária : 1h/aulas

Tema : Avaliação dos Trabalhos escritos. data : 19.06.96

Plano de Aula

Objetivos	Conteúdos	Metodologia	Avaliação	Bibliografia
<p>* Discutir as atividades desenvolvidas pelos alunos sobre os índios, mostrando a diferença entre cópia e pesquisa.</p>	<p>* Os povos indígenas no Brasil antes de 1500.</p>	<p>* Aula expositiva-dialogada.</p>	<p>* Questionar a diferença entre pesquisa e cópia.</p>	<p>* BOULOS JR., Alfredo História do Brasil V.1 ; Colônia, SP: F.T.D., 1994. * PILETTI, Nelson. História e Vida .V.1:Brasil: da Pré-História à independência, SP: ática 1991.</p>

Escola Estadual de 1º e 2º graus Ademar Veloso da Silveira.

Disciplina : História do Brasil

Professora / Estagiária : Ana Carla Farias Alves.

Orientadora : Eronides Câmara Donato.

Série : 5º Turma : B Turno : Tarde Carga horária : 1h/aula

Tema : Avaliação da Aprendizagem Data: 19.06.96

Plano de Aula

Objetivos	Conteúdos	Metodologia	Avaliação	Bibliografia
* Perceber o aprendizado dos alunos referente ao conteúdo das Grandes Navegações.	* As Grandes Navegações.	* Exercícios através de mapas e produção de texto em sala de aula.	* Localizar no mapa os lugares indicados pelo professor. * Elaboração de uma redação, a partir do entendimento do aluno sobre o assunto, em sala de aula.	* BOULOS JR. , Alfredo. História do Brasil . V. 1: Colônia ,SP: F.T.D., 1994. * PILETTI , Nelson. História e vida , V.1 : Brasil: da Pré-historia a Independência , SP: ática, 1991.

Escola Estadual de 1º e 2º graus Ademar Veloso da Silveira

Disciplina : História do Brasil

Professora / Estagiária : Ana Carla Farias Alves.

Orientadora : Eronides Câmara Donato

Série : 5º Turma : B Turno: Tarde Carga horária: 2h/aulas

Tema : O período pré-colonizador e colonizador Data: 10.07.96

Título : O Brasil nos trinta primeiros anos.

Plano de Aula

Objetivos	Conteúdos	Metodologia	Avaliação	Bibliografia
<p>* Explicar o pouco interesse de Portugal pelo Brasil, durante as três primeiras décadas.</p> <p>* Explicar como se deu a exploração do pau-brasil.</p> <p>* Discutir as estratégias que Portugal teve para colonizar o Brasil.</p> <p>* Explicar o pacto colonial.</p>	<p>* Razões do pouco interesse de Portugal pelo Brasil.</p> <p>* A exploração do pau-brasil.</p> <p>* A expedição colonizadora de Martim Afonso de Sousa.</p> <p>* O Pacto Colonial.</p>	<p>* Aula expositiva-dialogada.</p> <p>* Quadro para giz</p> <p>* Giz</p> <p>* Texto</p> <p>* Cartazes.</p> <p>* Discussão com os alunos com base nos cartazes.</p> <p>- Roteiro.</p>	<p>* Através da produção de texto, em casa.</p>	<p>- BOULOS JR, Alfredo História do Brasil Vol.1: colônia, SP,FTD, 1994.</p> <p>* PILETTI, Nelson História e Vida V.1 : Brasil: da Pré-História à Independência São Paulo: ática, 1991.</p>

Escola Estadual de 1º e 2º graus Ademar Veloso da Silveira.

Disciplina : História do Brasil

professora/estagiária: Ana Carla Farias Alves

Coordenadora/Prática : Eronides Câmara Donato

Orientadora: Eronides Câmara Donato

Carga Horária: 1h/aula

Série : 5º Turma : B Turno : Tarde

Assunto : Revisão dos Conteúdos . 17.07.96

Plano de Aula

Objetivos	Conteúdos	Metodologia	Avaliação	Bibliografia
* Perceber o aprendizado sobre os conteúdos apresentados.	* Os índios * As Grandes Navegações . * O período pré-colonizador e colonizador.	* Aula expositiva - dialogada com apresentação de slides.	* Participação e desempenho dos alunos na sala de aula.	* BOULOS, JR. , Alfredo , História do Brasil . Vol: Colônia, SP : F.T.D., 1994 * PILETTI, Nelson. História e vida . V.1: Brasil : da Pré-História à Independência , São Paulo : à 1991.

Escola Estadual de 1º e 2º graus Ademar Veloso da Silveira.

Disciplina : História do Brasil

professora/estagiária: Ana Carla Farias Alves

Coordenadora/Prática : Eronides Câmara Donato

Orientadora: Eronides Câmara Donato

Carga Horária: 1h/aula

Série : 5º Turma : B Turno : Tarde

Assunto : A Administração Colonial 17.07.96

Plano de Aula

Objetivos	Conteúdos	Metodologia	Avaliação	Bibliografia
* Explicar porque o governo português adotou o sistema de Capitânicas Hereditárias.	* As Capitânicas Hereditárias.	* Aula expositiva-dialogada. * Quadro para giz. * giz. * Roteiro * Dramatização de um diálogo.	* Pela participação dos alunos em sala de aula.	* BOULOS, JR. , Alfredo, História do Brasil. Vol: Colônia, SP : F.T.D., 1994 * PILETTI, Nelson. História e vida V.1: Brasil da Pré-História à Independência São Paulo: Ática, 1991.

Escola Estadual de 1º e 2º graus Ademar Veloso da Silveira.

Disciplina : História do Brasil

Professor/ Estagiária : Ana Carla Farias Alves.

Orientadora : Eronides Câmara Donato.

Série: 5º Turma : B Turno : Tarde. Carga Horária : 2h/ aulas.

Tema : A Administração Colonial Data : 24.07.96

Título : As Capitanias Hereditárias.

Plano de Aula

Objetivos	Conteúdos	Metodologia	Avaliação	Bibliografia
<p>* Explicar porque o governo português adotou o sistema de Capitanias Hereditárias.</p> <p>* Apontar os motivos da adoção do Governo-Geral.</p> <p>* Explicar as mudanças que ocorrem após a morte de Mem de Sá.</p> <p>* Explicar a composição das Câmaras Municipais.</p>	<p>* As Capitanias Hereditárias.</p> <p>* O governo-geral</p> <p>* A divisão do Brasil : dois governos e dos estados.</p> <p>* As Câmaras Municipais.</p>	<p>* Aula expositiva-dialogada.</p> <p>* Quadro para giz.</p> <p>* Giz.</p> <p>* Texto.</p> <p>* Mapa.</p>	<p>*Pela participação na elaboração de uma palavra cruzada :</p> <p>C H a e p r i e t d a i n t i a a r s i a s</p>	<p>* BOULOS JR., Alfredo História do Brasil, V.1: Colônia SP : F.T.D., 1994.</p> <p>* PILETTI, Nelson. História e Vida . V.1: Brasil: da Pré-História à Independência , São Paulo : Ática, 1991.</p>

Escola Estadual de 1º e 2º graus Ademar Veloso da Silveira.

Disciplina : História do Brasil

Professor/ Estagiária : Ana Carla Farias Alves.

Orientadora : Eronides Câmara Donato.

Série: 5º Turma : B Turno : Tarde. Carga Horária : 2h/ aulas.

Tema : A Administração Colonial Data : 31.07.96

Título : As Capitânicas Hereditárias.

Plano de Aula

Objetivos	Conteúdos	Metodologia	Avaliação	Bibliografia
* Responder uma prova com três questões subjetivas, a respeito dos assuntos estudados na sala de aula.	* O Brasil nos trinta primeiros anos. * Administração Colonial.	* Aplicação de uma prova escrita e impressa.	* Pelo índices de acertos nas questões propostas na prova. Será considerado satisfatório o percentual de 70% dos acertos. Na prova os alunos serão avaliados pela coerência das respostas e pelos erros de português.	* BOULOS, JR. , Alfredo. História do Brasil V. 1: Colônia, SP: F.T.D., 1994. * PILETTI , Nelson e PILETTI , Claudino. História e Vida : V.1 Brasil: da Pré-coerência da História à Independência, São Paulo : Ática, 1991.

CEPES - Centro Paraibano de Educação Solidária
Escola Estadual de 2º grau Dr. Elpídio de Almeida.

Disciplina: História do Brasil.

Professora/ Estagiária : Ana Carla Farias Alves.

Orientadora : Eronides Câmara Donato.

Série : 3º científico Turma : F Turno : Tarde Carga Horária : 1h/aula

Tema : O Brasil Monárquico 16.07.96

Título : O Primeiro Reinado

Plano de Aula

Objetivos	Conteúdos	Metodologia	Avaliação	Bibliografia
<p>* Questionar a construção da Independência</p> <p>*Explicar como estava organizada a Constituição de 1823.</p> <p>* Identificar quais eram os partidos políticos que compunham essa Assembléia e as suas divisões.</p>	<p>* Considerações sobre a independência</p> <p>*A Constituição de 1823.</p> <p>* O partido Português e o partido Brasileiro.</p>	<p>* Aula expositiva-dialogada.</p> <p>* Quadro para giz.</p> <p>* Giz..</p>	<p>* Pela participação dos alunos em sala de aula.</p>	<p>* ARRUDA, José Jobson de A. e PILETTI, Nelson. Toda a História: História Geral e História do Brasil, SP : Ática, 1993.</p> <p>* CÁCERES, Florival. História do Brasil, 1º edição , SP: Moderna, 1993</p> <p>* COSTA, L.C.A. e MELLO, L.I. A. História do Brasil, 3º edição SP: Scipione, 1993.</p>

CEPES - Centro Paraibano de Educação Solidária
 Escola Estadual de 2º grau Dr. Elpídio de Almeida.
 Disciplina: História do Brasil.

Professora/ Estagiária : Ana Carla Farias Alves.

Orientadora : Eronides Câmara Donato.

Série : 3º científico Turma : F Turno : Tarde Carga Horária : 1h/aula

Tema : O Brasil Monárquico Data : 18.07. 96

Título : O Primeiro Reinado

Plano de Aula

Objetivos	Conteúdos	Metodologia	Avaliação	Bibliografia
* Explicar a Constituição de 1824. * Analisar as razões que contribuíram para a união das províncias. * Entender a guerra da Cisplatina. * Estudar a impopularidade de D. Pedro I.	* A Constituição de 1824. * A Confederação do Equador. * A guerra da Cisplatina. * A abdicação de D. Pedro I.	* Aula expositiva-dialogada. * Quadro para giz. * Giz.	* Pela participação dos alunos em sala de aula.	* ARRUDA , José Jobson de A. e PILETTI , Nelson. Toda a História: História Geral e História do Brasil, SP : ática, 1993. * CÁCERES , Florival. História do Brasil, 1ª edição SP: Moderna, 1993. * COSTA , L.C.A. e MELLO , L.I. A História do Brasil, 3ª edição SP: Scipione, 1993

CEPES - Centro Paraibano de Educação Solidária

Escola Estadual de 2º grau Elpídio de Almeida.

Disciplina: História do Brasil.

Professora/ Estagiária : Ana Carla Farias Alves.

Orientadora : Eronides Câmara Donato.

Série : 3º científico Turma : F Turno : Tarde Carga Horária : 1h/aulas

Tema : O Brasil Monárquico Data : 30.07.96

Título : O período Regencial

Plano de Aula

Objetivos	Conteúdos	Metodologia	Avaliação	Bibliografia.
<p>* Explicar como estava caracterizado o período regencial.</p> <p>* Mostrar de forma geral as Revoltas que eclodiram nesse período.</p>	<p>* Os governos do período regencial</p> <p>* Cabanagem (Pará - 1835 - 1840.)</p> <p>* Sabinada (Bahia - 1837 - 1838).</p> <p>* Balaiada (Maranhão 1838 - 1841).</p> <p>* Guerra dos Farrapos (R.G. S. - 1835 - 1845).</p>	<p>* Aula expositiva-dialogada.</p> <p>* Quadro para giz.</p> <p>* Giz.</p>	<p>* Pela Participação dos alunos em sala de aula.</p>	<p>* ARRUDA, José Jobson de e PILETTI, Nelson. Toda a História: História Geral e História do Brasil. SP: ática, 1994.</p> <p>* CÁCERES, Florival. História do Brasil, 1ª edição, SP: Moderna, 1993.</p> <p>* COSTA, L.C.A. e Mello, L. I. A História do Brasil. 3ª edição SP: Scipione, 1993</p>

CEPES - Centro Paraibano de Educação Solidária
Escola Estadual de 2º grau Dr. Elpídio de Almeida.

Disciplina: História do Brasil.

Professora/ Estagiária : Ana Carla Farias Alves.

Orientadora : Eronides Câmara Donato.

Série : 3º científico Turma : F Turno : Tarde Carga Horária : 1h/aulas

Tema : O Brasil Monárquico Data :01.08. 96

Título : O Segundo Reinado

Plano de Aula

Objetivos	Conteúdos	Metodologia	Avaliação	Bibliografia
* Explicar o sentido do golpe da maioria. * Identificar a organização política administrativa * Compreender a Revolução Praiera.	* O golpe da maioria. * Organização política-administrativa. * A Revolução Praiera.	* Aula expositiva-dialogada. * Quadro para giz. * Giz.	* Pela participação dos alunos em sala de aula.	* ARRUDA , José Jobson de A. e PILETTI , Nelson. Toda a História Geral e História do Brasil, SP Ática, 1994. * CÁCERES , Florival. História do Brasil. 1ª edição, SP Moderna, 1993 * COSTA, L C A e MELLO , L.I.A. História do Brasil, 3ª edição, SP Scipione, 1993

ANEXO V



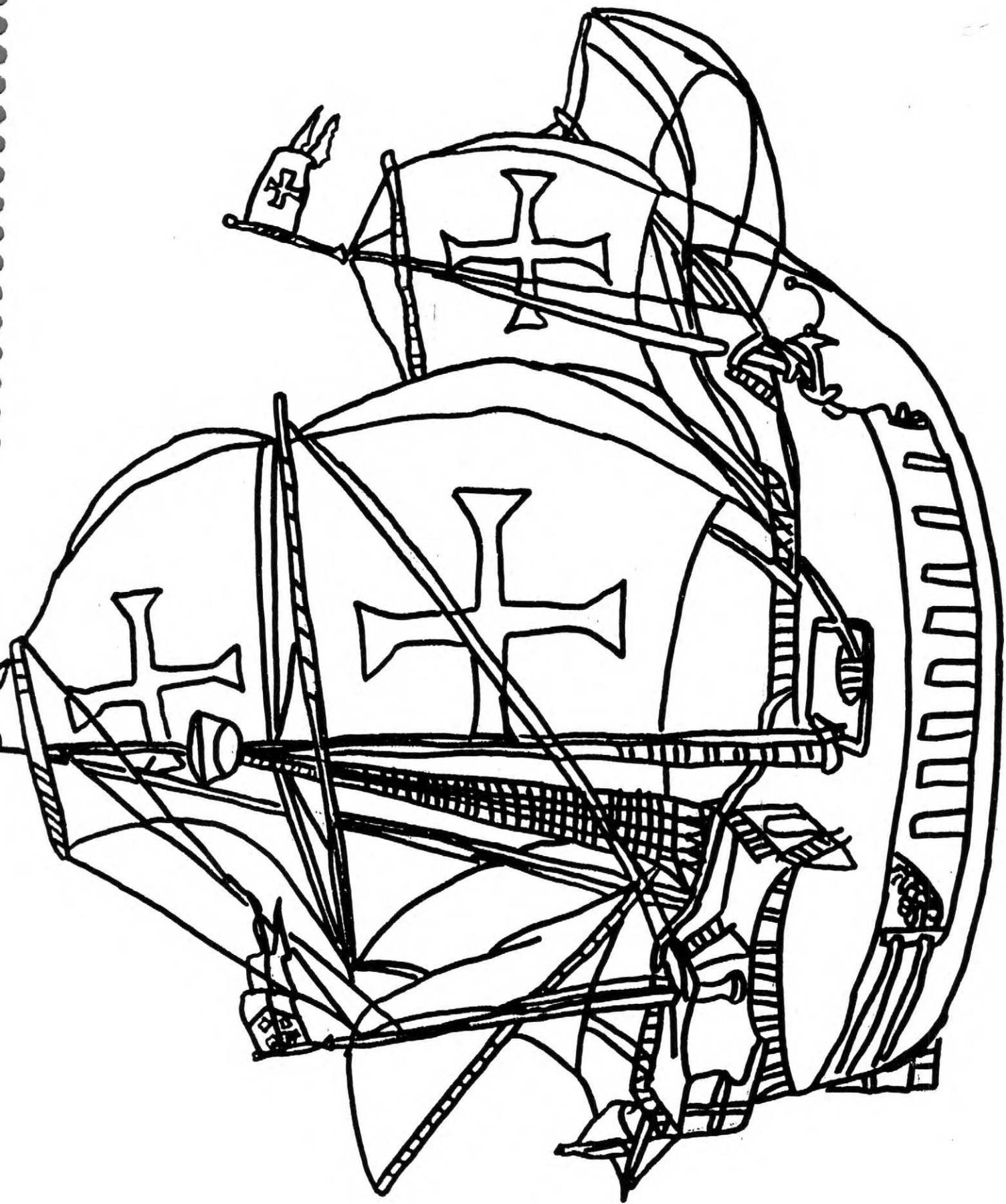
ANEXO VI

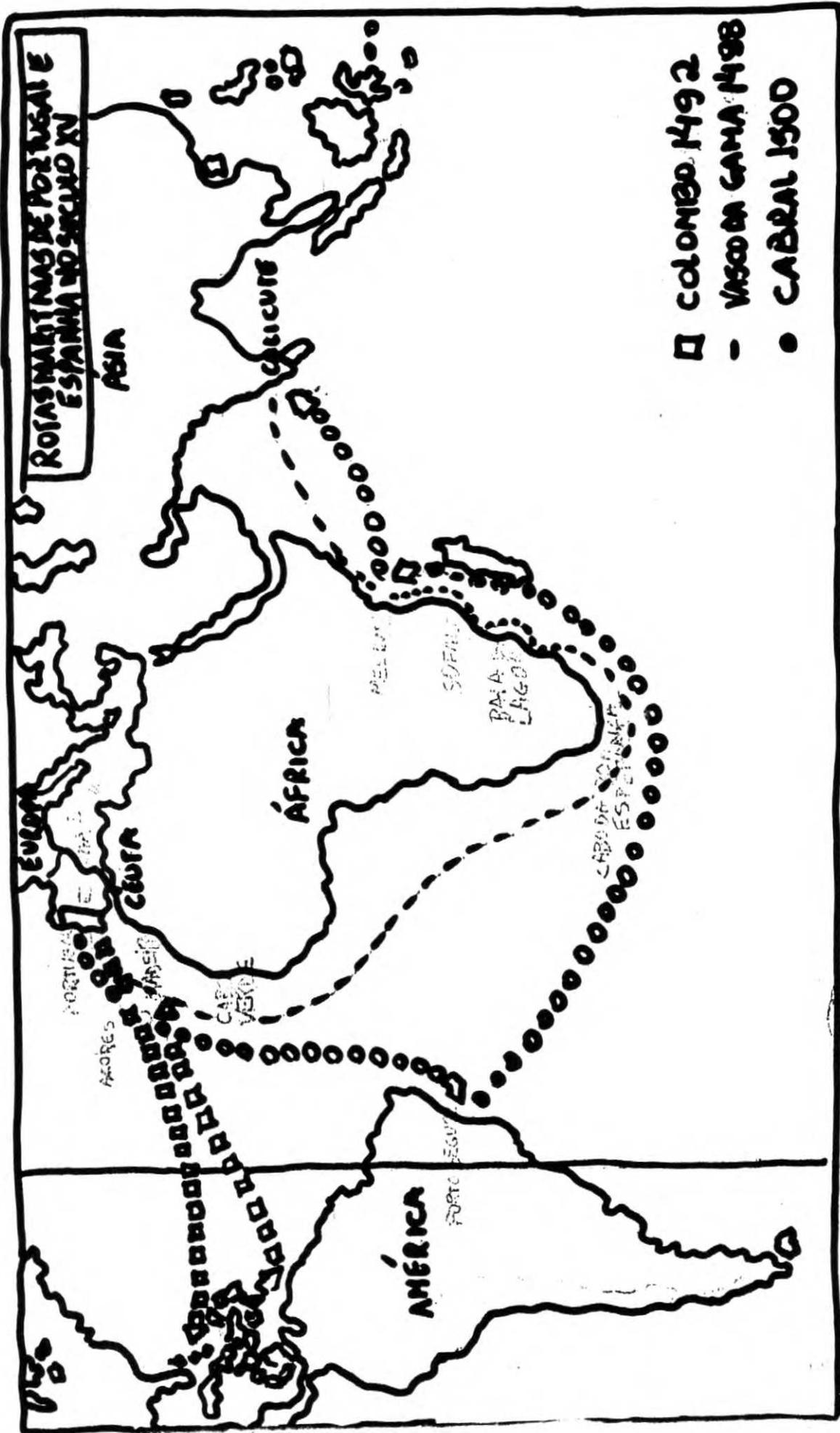
Escola Estadual de 1º e 2º Grau Ademar Veloso da Silveira

Aluno (a): _____

Série: _____ Turma: _____ Turma: _____

Faça uma redação sobre “As Grandes Navegações” com suas palavras.







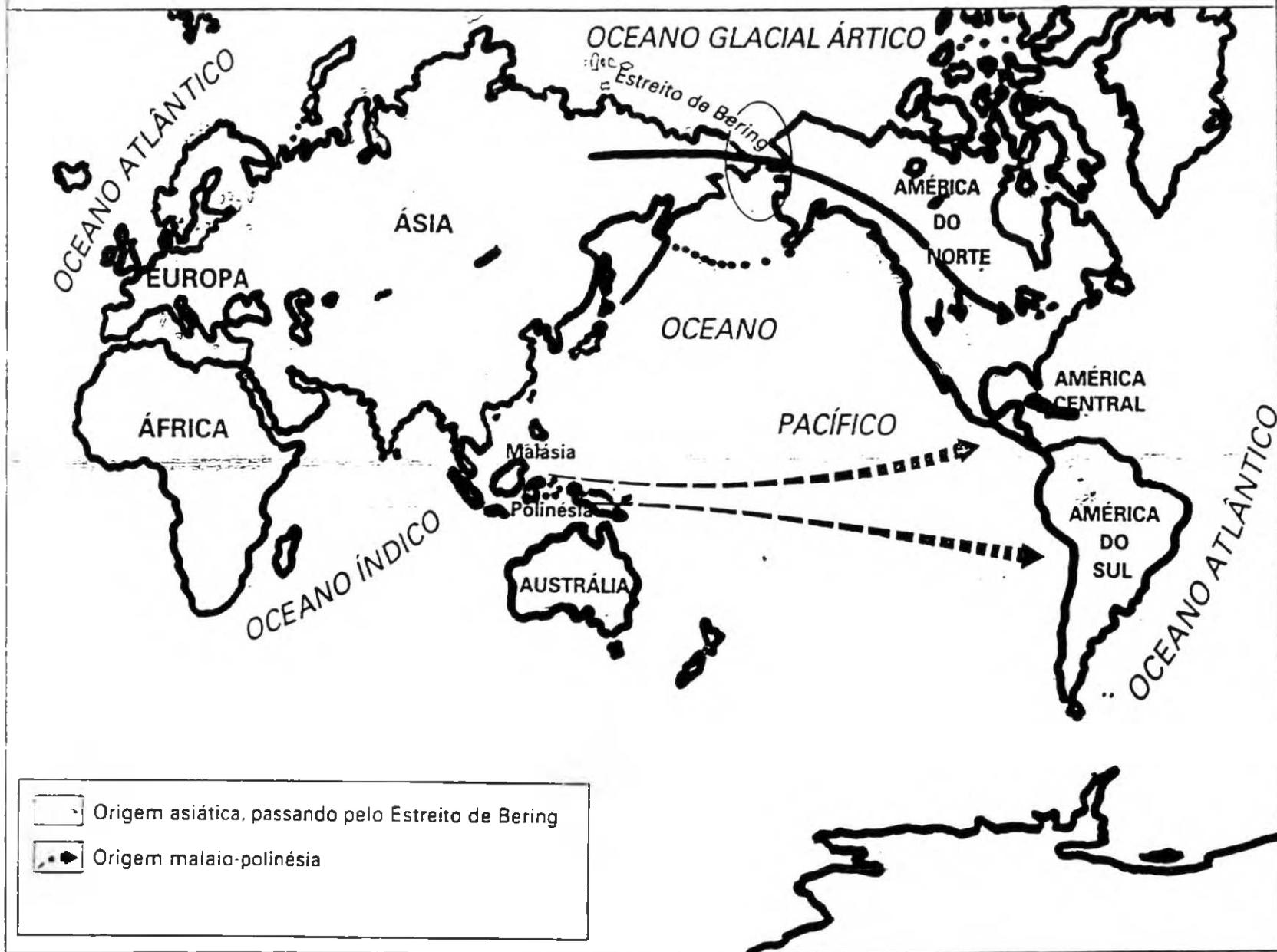
LOCALIZES NO MAPA :

Faça um círculo na região conhecida como Atlixcoatl.

- Os Continentes:
- América
 - África
 - Europa
 - Ásia

- Os Países:
- Portugal
 - Espanha

- Os Oceanos e mares
- Atlântico
 - Índico
 - Mar Mediterrâneo



PRINCIPAIS NAÇÕES INDÍGENAS QUE POVOARAM AS TERRAS BRASILEIRAS

ANEXO VII

Escola Estadual de 1º e 2º Graus Ademar Veloso da Silveira

Disciplina: História do Brasil

Aluno (A): _____

Série: _____ Turma: _____ Turno: _____

Professor-Estagiário: _____

PROVA DO 2º BIMESTRE

1) O que foi o sistema de Capitânicas Hereditárias? Por que tinha esse nome?

2) Elabore uma frase para cada palavra:

- pau-brasil;
- caravela;
- colonização.

3) Faça uma pequena redação sobre um dos assuntos que mais lhe chamou a atenção.

ANEXO VIII



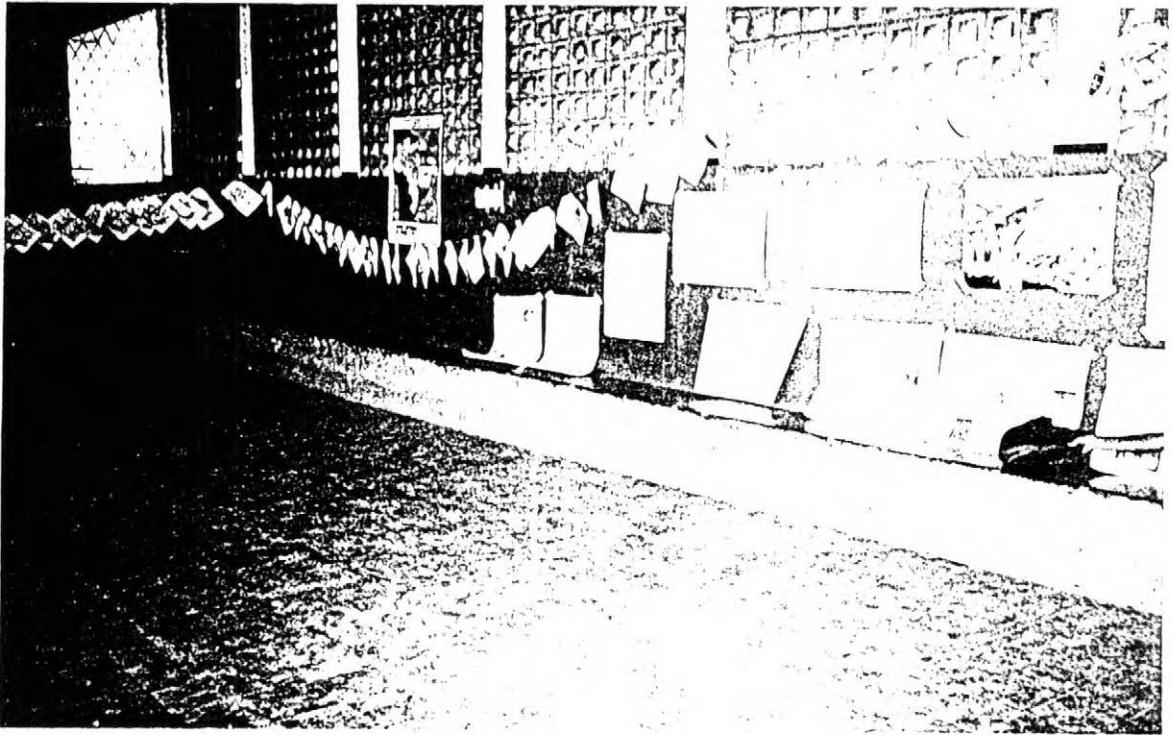
ANEXO IX

Possível diálogo entre o rei de Portugal e um dos seus ministros no início da colonização do Brasil

- Rei* — Meu caro ministro, a situação econômica do reino não é das melhores.
- Ministro* — Não, Alteza? E o nosso comércio com as especiarias?
- Rei* — Já não somos mais senhores do comércio das especiarias.
- Ministro* — Por quê?
- Rei* — Porque os ingleses, os franceses e os holandeses se intrometeram em nosso caminho.
- Ministro* — E as fortunas que conseguimos com esse comércio?
- Rei* — Fortunas conseguidas são gastas, meu nobre. E se outras fontes de riquezas não são descobertas, as nações empobrecem.
- Ministro* — Quer dizer que Portugal está empobrecendo?
- Rei* — Está!
- Ministro* — E o que devemos fazer?
- Rei* — Tomar providências urgentes!
- Ministro* — Quais, por exemplo?
- Rei* — Transformar o Brasil numa fonte de riquezas!
- Ministro* — Mas para isso é preciso colonizar, e colonizar uma área como o Brasil exige muito dinheiro.
- Rei* — Eu sei! Já mandei Martim Afonso de Sousa iniciar a colonização, porém não é suficiente.

- Ministro* — Eu confesso que não vejo uma solução imediata para o desenvolvimento da colonização do Brasil, Alteza, já que não temos dinheiro para isso.
- Rei* — Eu acho que encontrei uma solução, meu caro nobre!
- Ministro* — E qual é, meu rei?
- Rei* — Dividir o Brasil em capitanias hereditárias!
- Ministro* — Não entendi, Alteza!
- Rei* — É simples! Eu divido o Brasil em grandes faixas de terra, que vão do litoral até o limite determinado pelo Meridiano de Tordesilhas, e concedo poderes e direitos a alguns homens sobre essas capitanias.
- Ministro* — E daí, Alteza?
- Rei* — É daí que a obrigação de colonizar as terras do Brasil será desses homens a quem eu conceder as capitanias.
- Ministro* — Isto quer dizer que serão os donatários das capitanias que terão de usar o seu próprio dinheiro para colonizar as terras do Brasil?
- Rei* — Perfeitamente!
- Ministro* — Assim Vossa Alteza está transferindo para eles as despesas da colonização!
- Rei* — Este é o segredo, meu caro ministro!
- Ministro* — Parabéns, Alteza! Parabéns!!!

ANEXO X



ANEXO XI

ESCOLA ESTADUAL DE 1º E 2º GRAUS ADEMAR VELOSO DA SILVEIRA
LISTA DE NOTAS DO 2º BIMESTRE DOS ALUNOS DA 5ª "B" TARDE:1996

	<u>Exercícios</u>	<u>Prova</u>	<u>Média</u>
01 - Adeilda Tavares Alves	7,0	6,0	6,5
02 - Aroldo Raimundo	7,0	7,0	7,0
03 - Ailton Fernandes da Silva	-	-	-
04 - Alan da Silva Souza	-	4,0	-
05 - Alberto de Oliveira Lima	7,0	7,0	7,0
06 - Alécia Fernandes de Lima	9,0	9,0	9,0
07 - Ana Paula Pinheiro dos Santos	-	-	-
08 - Aparecida de Fátima Lima	6,0	7,0	6,5
09 - Cecília Monteiro Silva	-	-	-
10 - Cícero Silva Lacerda	1,0	-	-
11 - Edgleyson Deyvys Morais da Silva	4,0	4,0	4,0
12 - Edvan Lima Silva	5,0	3,0	4,0
13 - Elaine Maria de Andrade	8,0	7,0	7,5
14 - Emanuel Marcelino	5,0	2,0	3,5
15 - Fabiana Sant'anna de Brito	7,0	4,0	5,5
16 - Fabiana Nascimento Pereira	1,0	-	-
17 - Fábio Júnior de Lima	-	-	-
18 - Flávio Silva de Sales	2,0	0,0	1,0
19 - Francileide Silva de Sales	1,0	0,0	0,5
20 - Geane Regina de Souza	-	-	-
21 - Gerdiael dos Santos Almeida	1,0	7,0	4,0
22 - Iranilda de Freitas do Nascimento	4,0	5,0	4,5
23 - Isabel Cristina Nascimento Alencar	8,0	6,0	7,5
24 - Ivan de Melo Silva	1,0	7,0	4,0
25 - Joseane Matias dos Santos	5,0	5,0	5,0
26 - Juarez Silva Sousa	5,0	0,0	2,5
27 - Maria Aparecida de Almeida Nóbrega	-	3,0	-
28 - Maria de Fátima Coelho	3,0	2,0	2,5
29 - Maria Patrícia da Silva Santos	5,0	10,0	2,5
30 - Maria Raquel	1,0	9,0	5,0
31 - Nádia Gaudino Barbosa	7,0	8,0	7,5
32 - Onilson Romualdo dos Santos	5,0	6,0	5,5
33 - Paulo do Nascimento	4,0	9,0	6,5
34 - Rita de Cássia Pereira da Silva	6,0	7,0	6,5
35 - Robervan de Melo Cabras	-	7,0	-
36 - Rosineide Honório da Silva	8,0	7,0	7,5
37 - Simone Silva Barbosa	-	-	-
38 - Sivaldo dos Santos Pereira	1,0	5,0	3,0
39 - Suênia Nóbrega	-	-	-
40 - Susana da Silva Freire	1,0	5,0	3,0
41 - Vagna da Costa Lima	9,0	6,0	7,5
42 - Vanessa de Mendonça Alves	2,0	6,0	4,0

ANEXO XII

Escola Estadual de 1º e 2º Graus Ademar Veloso da Silveira

Disciplina: História do Brasil

Professor (a)/Regente: _____

Professor(a)/Estagiário(a): Ana Carla Farias Alves

Série: 5ª Turma: B Turno: Tarde

Coordenadora/Prática: Eronides Câmara Donato

Orientadora: Eronides Câmara Donato

Número de Alunos: 42 alunos

PLANO DE ENSINO

I - OBJETIVO GERAL:

Estudar a História Brasileira, refletindo sobre a fase considerada como Pré-História, a sua condição de Colônia até a Independência, enfatizando de forma panorâmica os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais.

II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

I - Unidade

1. Objetivos Específicos:

- a) Explicar a importância e a utilidade da História;
- b) Compreender o cotidiano dos índios antes da chegada dos portugueses;

c) Compreender a expansão marítima e comercial portuguesa.

2. Conteúdos:

2.1. Introdução à História:

- a) O que é História;
- b) Os períodos da História;
- c) A Pré-História Brasileira.

2.2. Noções Indígenas no Brasil:

- a) O cotidiano dos índios, antes de 1500;
- b) Teorias sobre a origem do homem americano.

2.3. A chegada dos Portugueses:

- a) As grandes Navegações: Portugal e Espanha;
- b) O Tratado de Tordesilhas;
- c) Cabral chega ao Brasil.

II - Unidade

1. Objetivos específicos:

- a) Analisar o significado de colônia de exploração e o pacto colonial;
- b) Explicar o sistema de Capitânicas Hereditárias no Brasil;
- c) Apontar os motivos da adoção do sistema de governo-geral;
- d) Enumerar as razões que levaram Portugal a escolher a açúcar da cana para iniciar a colonização do Brasil;
- e) Caracterizar a sociedade colonial açucareira.

2. Conteúdos:

2.1. O Brasil nos trinta primeiros anos:

- a) As expedições exploradoras, policiadoras e colonizadora;
- b) Brasil, uma colônia de exploração.

2.2. O poder político no Brasil Colonial:

- a) As Capitânicas Hereditárias;
- b) O Governo-Geral;

2.3. Economia e sociedade nos primeiros tempos:

- a) A empresa açucareira no Brasil;
- b) A sociedade colonial açucareira.

III - Unidade

1. Objetivos específicos:

- a) Explicar a origem da escravidão dos negros;
- b) Compreender as formas de resistência do escravo no Brasil colonial;
- c) Compreender as razões das invasões holandesas no Nordeste;
- d) Identificar a origem e os tipos de bandeirismo;
- e) Explicar de que forma a pecuária foi importante para a ocupação dos sertões do Nordeste e no sul do Brasil.

2. Conteúdos:

2.1. A vida e a luta dos negros no Brasil colonial:

- a) A vida dos escravos;
- b) A resistência dos negros.

2.2. Os holandeses no Brasil:

- a) As invasões holandesas no Nordeste;
- b) As consequências da expulsão dos holandeses.

2.3. A expansão Territorial:

- a) As bandeiras;
- b) A pecuária no Nordeste e no Sul do Brasil;
- c) Os tratados de limite e as novas fronteiras do Brasil.

IV - Unidade

1. Objetivos específicos:

- a) Analisar a expansão do ouro e o declínio da mineração;
- b) Analisar a Conjuração Mineira comentando o papel desempenhado por Tiradentes nesse movimento;
- c) Analisar a Conjuração Baiana;
- d) Apontar as razões da fuga da família real para o Brasil;
- e) Explicar o significado da abertura dos portos;
- f) Identificar as forças políticas que atuaram no processo de nossa independência.

2. Conteúdos:

2.1. A mineração

- a) A expansão do ouro;
- b) O declínio da mineração.

2.2. Rebeliões no Brasil Colonial

- a) A Inconfidência Mineira;
- b) A Conjuração Baiana.

2.3. Finalmente, a Independência

- a) A família real no Brasil;
- b) Mudanças econômicas;
- c) Um novo Brasil;
- d) Regência de D. Pedro I;
- e) “Independência”: O que mudou?

III- Carga Horária

I Unidade: 15 h/aulas

III - Unidade: 15 h/aulas

II Unidade: 15 h/aulas

IV - Unidade: 15 h/aulas

IV - Metodologia

Com o objetivo de transmitir os conteúdos programáticos, iremos utilizar como estratégias aulas expositivo-dialogadas, aulas narrativas, estudos dirigidos, pesquisas, trabalhos individuais e dramatizações; e como recursos didáticos, utilizaremos o quadro para giz, giz, mapas, textos, cartazes, slides e filmes.

V - Avaliação

A avaliação será pela participação dos alunos em sala de aula através de exercícios, desenhos, colagens, pesquisas, como também provas escritas e trabalhos escritos.

BIBLIOGRAFIA

BOULOS Jr, Alfredo. **História do Brasil**. Vol. 1. Colônia. São Paulo
F.T.D., 1994

MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil IN Perspectiva**. 12ª Edição,
São Paulo/Rio de Janeiro; Difel, 1981

PILETTI, Nelson e PILETTI, Claudino. **História e Vida**. Vol. 1.
Brasil
Da Pré-História à Independência, 4ª Edição, São Paulo: Ática
1991

SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil**. Vol. 1. Colônia
São Paulo: Moderna, 1994

CEPES - Centro Educacional Paraibano de Educação Solidária

Escola Estadual de 2º Grau Dr. Elpidio de Almeida

Disciplina: História do Brasil

Professora/Regente: Josélia Ramos

Professor/Estagiário: Ana Carla Farias Alves

Orientadora: Eronides Câmara Donato

Coordenadora da Prática de ensino: Eronides Câmara Donato

Série : 3º Científico - 2º Grau - Turma : F

Turma : Tarde

Unidades : 4 Nº de Alunos: 39 Alunos

PLANO DE ENSINO

I - OBJETIVO GERAL:

Compreender como se processou a história do Brasil, tendo em vista os aspectos econômicos e sociais, a partir do século XV, com a chegada dos portugueses até a atualidade.

I - UNIDADE

1. Objetivos específicos:

1.1. Perceber as práticas culturais dos grupos indígenas no Brasil.

1.2. Entender a expansão marítima e comercial européia.

1.3. Identificar as características que levaram os portugueses a iniciar a colonização.

2. Conteúdo Programático:

2.1. A organização social e cultural dos índios no Brasil.

2.2. As Grandes Navegações.

2.3. Bases econômicas da colonização.

II - UNIDADE

1. Objetivos Específicos

1.1. Refletir sobre os vários aspectos que levaram ao processo emancipacionista brasileiro.

1.2. Analisar os projetos políticos, econômicos e sociais no que se insere a monarquia brasileira.

2. Conteúdo Programático:

2.1. O processo de independência do Brasil.

2.2. O Brasil monárquico.

III - UNIDADE

1. Objetivos Específicos:

1.1. Entender as várias formas de organização para o advento da República.

1.2. Identificar as características da República Brasileira.

1.3. Analisar o movimento de 1930 e o populismo de Getúlio Vargas.

2. Conteúdos Programático:

2.1. Os vários projetos do movimento republicano

2.2. A República Oligárquica.

2.3. A revolução de 1930.

2.4. Caracterização da republica Populista.

IV - UNIDADE

1. Objetivos Específicos:

- 1.1. Identificar os motivos que levaram o Brasil a participar do movimento de 1964.
- 1.2. Entender os avanços e recuos do processo da abertura do Regime Militar.
- 1.3. Analisar os aspectos sócio-culturais que abrange a chamada Nova República até a atualidade.

2. Conteúdo Programático:

- 2.1. A montagem do Estado autoritário.
- 2.2. A distensão lenta e gradual do regime e a abertura política.
- 2.3. Os aspectos sócio-culturais da Nova República até a atualidade.

II - CARGA HORÁRIA

I - Unidade - 15h/aulas

III - Unidade - 15h/aulas

II - Unidades - 15h/aulas

IV - Unidade - 15h/aulas

III - METODOLOGIA:

A metodologia que utilizaremos será através de aula expositiva-dialogada, debates, apresentações de textos pelos alunos e para atingir nosso

objetivo, utilizaremos como recursos didáticos quadro para giz, mapas, cartazes, filmes, slides e dramatizações.

IV - AVALIAÇÃO

A avaliação será feita pela participação e interesse dos alunos em sala de aula, bem como através de trabalhos escritos e em grupos, textos produzidos por eles, e provas escritas.

BIBLIOGRAFIA

CÁCERES, Florival. *História do Brasil*, São Paulo:
Moderna, 1993.

CONTRIM, Gilberto. *História e Consciência do Brasil*,
São Paulo : Saraiva, 1994.

HERMIDA, Borges. *História do Brasil : Império e
República*, São Paulo: F.T.D., 1995

JOBSON, José e **PILLETI**, Nelson. *Toda a História: História Geral*
São Paulo : Ática, 1995

SILVA , Francisco de Assis. *História do Brasil*,
São Paulo, 1992.